

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.**

CURSO DE HISTÓRIA

**A FORÇA POLICIAL POTIGUAR NA
REVOLUÇÃO DE 1930:
O COTIDIANO INSTITUCIONAL POLICIAL
MILITAR E SUA PARTICIPAÇÃO NA
REVOLUÇÃO**

LINCOLN WANDERLEY OLIVEIRA SILVA

Natal/RN

2015

LINCOLN WANDERLEY OLIVEIRA SILVA

**A FORÇA POLICIAL POTIGUAR NA REVOLUÇÃO DE 1930:
O COTIDIANO INSTITUCIONAL POLICIAL MILITAR E SUA
PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO**

**Monografia apresentada à
disciplina de Pesquisa Histórica
II, para fins de conclusão do
Curso de Bacharelado em
História, da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte,
sob a orientação do Professor Dr.
Helder Viana.**

NATAL/RN

20015

BANCA EXAMINADORA**LINCOLN WANDERLEY OLIVEIRA SILVA****A FORÇA POLICIAL POTIGUAR NA REVOLUÇÃO DE 1930:
O COTIDIANO INSTITUCIONAL POLICIAL MILITAR E SUA
PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO**

Em, ___ de _____ de. 20015

Prof. Dr. Helder Viana (Orientador)

Prof. Dr. Raimundo Nonato Araújo da Rocha (membro da banca)

Prof. Dr. Haroldo (Membro da Banca)

NATAL (RN)
2015

DEDICATORIA

Dedico este trabalho a minha família. A meu grande pai José Monteiro. Cicera. Minha Querida Mãe, meus irmãos Juliezio, Wandeleya e Ana Clara, minha esposa Kaline Lorena, e ao meu primo Luiz Carlos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela realização deste trabalho. Ao meu orientador Helder Viana, professor e historiador competente, pela grande paciência e produtivas sugestões e orientações que me ajudou organizar as ideias e manter o foco.

Agradeço também pela insistência em lembrar que devia terminar minha monografia. Agradeço a todos os professores do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que de forma direta e indireta contribuíram para minha formação e agradeço a minha família que sempre me apoiou e incentivou em todos os momentos.

**A FORÇA POLICIAL POTIGUAR NA REVOLUÇÃO DE 1930:
O COTIDIANO INSTITUCIONAL POLICIAL MILITAR E SUA
PARTICIPAÇÃO NA REVOLUÇÃO**

Lincoln Wanderley Oliveira Silva, graduando em história (bacharelado) na UFRN,
E-mail: lincoln_index@hotmail.com.

RESUMO

Nosso objetivo é verificar qual a repercussão do processo revolucionário de 1930 na vida da corporação policial e como a corporação participou desses acontecimentos como foi à atuação da polícia militar na Revolução de 1930 neste estado da federação. A metodologia Utilizada foi principalmente o método qualitativo partindo de indícios que nosso referencial teórico suscitava. O embasamento teórico principal que nos possibilitou a elaboração do tema é uma perspectiva de base bastante ampla a história da cultura, e dentro deste vasto campo historiográfico a cultura da lei e do crime. E mais especificamente uma análise cultural e social da instituição do estado responsável por manter uma ordem vigente imposta por estas mesmas leis, que no nosso trabalho é a Polícia Militar do Rio Grande do Norte. Referencial este que defende que a formação e a organização do aparato policial do Estado novo no Brasil e conseqüentemente no Rio Grande do Norte, foi fruto de um contexto histórico e que estas mudanças ocorreram e foram construindo ao longo de todo século XX, uma cultura da lei e do crime em que as “razões de estado” mesclavam o pensamento cientificista de intelectuais influentes que possuíam as mais diversas matizes ideológicas e heranças culturais e preceitos morais e religiosos, que convergiam para esta formação cultural da nova República. as fontes primárias utilizadas foram boletins regimentais diários referentes ao segundo semestre de 1930 e do ano anterior, e os documentos de fontes secundárias foram coletadas Revisitando a historiografia sobre o tema e também a bibliografia que trata da polícia militar do Rio Grande do Norte de maneira memorialística contextualizando historicamente os fatos e o papel das polícias e dos militares que esta tradição memorialística produz. E desta forma construir uma narrativa histórica e revisar o acontecimento histórico a revolução de 1930 no Rio Grande do Norte através do cotidiano da corporação e demonstrar como este processo revolucionário alterou o cotidiano da corporação e a própria razão de ser da instituição.

PALAVRAS CHAVES: Revolução. Polícia Militar. Tenentismo. Centralização. Primeira República. Cotidiano.

**THE FORCE POLICE POTIGUAR IN 1930 REVOLUTION:
THE DAILY INSTITUTIONAL MILITARY POLICE AND THEIR
PARTICIPATION IN THE REVOLUTION**

Lincoln Wanderley Oliveira Silva, majoring in history (BA) in UFRN.
E-mail: lincoln_index@hotmail.com

ABSTRACT

Our goal is to find what the impact of the revolutionary process in 1930 life of the police force and how the corporation participated in these events as was the work of the military police in the Revolution of 1930 in this state of the federation. The methodology used was mainly the qualitative method starting from evidence that our theoretical raised. The main theoretical foundation that has enabled us to the preparation of the theme is a very broad-based approach to the history of culture, and within this broad historiographical field the culture of law and crime. And more specifically a cultural and social analysis of the state institution responsible for maintaining a standing order imposed by these same laws, which in our work is the Military Police of Rio Grande do Norte. Referential this which advocates the formation and organization of the police apparatus of the new state in Brazil and consequently in Rio Grande do Norte, was the result of a historical context and that these changes have occurred and have been building throughout the twentieth century, a culture of Law and crime in which the "reasons of state" blended the scientific thought of influential intellectuals who had the most diverse ideological hues and cultural heritage and moral and religious precepts, which converged on this cultural formation of the new Republic. the primary sources used were daily regimental reports for the second half of 1930 and the previous year, and documents from secondary sources were collected Revisiting the historiography on the subject and also the literature that deals with the military police of Rio Grande do Norte's memoirs way historically contextualizing the facts and the role of police and military memoirs that this tradition produces. And thus building a historical narrative and revisit the historical event the 1930 revolution in Rio Grande do Norte through the corporation's daily life and demonstrate how this revolutionary process changed the corporation's daily life and the very *raison d'etre* of the institution.

KEYWORDS: Revolution. Military Police. Tenentismo. Centralization. First Republic. Everyday.

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Introdução..... | 9 |
| 1.0 Capítulo 01. | |
| A Revolução de 30 e a polícia..... | 14 |
| 1.1 Revolução de 1930, ideologia tenentista e autoritarismo..... | 14 |
| 1.2 Tenentismo, classe média e ordem social..... | 22 |
| 1.3 A lei, a criminalidade e a ordem policial pós-1930..... | 25 |
| 1.4 A polícia segue as leis da “ciência positivista”..... | 29 |
| 2 Capítulo 02. | |
| Os republicanos e a polícia no Rio Grande do Norte..... | 32 |
| 2.1 As transformações da força policial durante o regime imperial..... | 33 |
| 2.2 A República e a polícia no Rio Grande do Norte..... | 36 |
| 2.3 Tenentismo e polícia no Rio Grande do Norte..... | 44 |
| 3. Capítulo 03. | |
| O cotidiano da atividade policial militar no Período Revolucionário de 1930..... | 49 |
| 3.1 A organização institucional da polícia no período de 30..... | 49 |
| 3.2 O cotidiano da polícia militar | 52 |
| 3.3 A Revolução..... | 59 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 67 |
| REFERÊNCIAS..... | 69 |

INTRODUÇÃO

CAMARADAS. O 7 de setembro é para nós uma das maiores datas nacionais lembra-nos a nossa emancipação política – foi nesse dia ao anno de 1822 que graças aos esforços de José Bonifácio e tantos outros patriotas, conquistamos um lugar no mundo como nação independente e conseguimos partir os grilhões que nos ligavam a metrópole portuguesa. Data dessa época, o nosso esforço no sentido de fazermos da ex-colônia uma nação digna de figurar entre as que mais se distanciaram no concerto dos povos cultos, dos quais mais tem progredido. Muito embora o labor continuo das gerações passadas, muito embora os esforços dos contemporâneos, ainda não conseguimos atingir o ideal para o qual deveremos marchar ininterruptamente, sem desalento, sem tibieza, sem desfalecimento. Libertar-nos do jugo estrangeiro não quer dizer que tenhamos conseguido inteiramente a nossa independência, não; esta só a conseguiremos definitivamente quando não formos mais colônias do mundo, quando não necessitarmos mais do capital estrangeiro para attender ao nosso desenvolvimento econômico, para a construção systema ferroviário e rodoviário, para o aparelhamento dos nossos portos, para a construção de nossa Marinha mercante e de guerra, quando soubermos aproveitar a nossa matéria prima, em vez de manda-la para o estrangeiro e comprar deste produto manufacturado, quando soubermos enfim, consumir nosso ferro, o nosso carvão e o nosso petróleo. No dia em que tivermos conseguido de maneira absoluta, nossa independência econômica, nesse dia sim, poderemos dizer com orgulho patriótico de quem cumpriu o seu dever somos independentes? Não necessitamos dos outros povos para viver; não precisamos de outrem para ter um lugar no sol, Não foi pequeno o esforço dos nossos antepassados, e apreciável o da geração actual, portanto como servidores do estado e do Brasil devemos prestigiar as nossas autoridades superiores estado afim de que assim garantidas e fortes possam redobrar [com] esforços, multiplicar sua atividade para que o rytimo porque vem se desenvolvendo o

*progresso do nosso querido Brasil, se acelere de tal maneira que em futuro não muito remoto, elle se encontre grande, poderoso e rico, ao lado das nações que mais o sejam*¹.

Natal 7 de Setembro de 1930 Antônio Fernandes Dantas. Cel. Comt

Ao ler esta nota publicada em um documento publico que tem o objetivo estritamente administrativo que visa dar publicidade aos atos de execução, regulamentar e de funcionamento sempre ancorada na legislação vigente, nos suscitar a formular questionamentos e explicações de forma de apressada, sem profundidade histórica e sem a reflexão adequada que a historiografia contemporânea exige . é tentador crer que esta visão do comandante fosse o “espírito da época”, ou que a Revolução de 1930 era inevitável devido as “causas” que inexoravelmente culminou no processo revolucionário.

E Nosso objetivo neste trabalho é exatamente analisar a partir da dinâmica desta corporação observando o seu cotidiano a atividade diária no que diz respeito à ação policial e a organização institucional da caserna policial militar Norte Rio-grandense e tentarmos observamos em que contexto esta instituição se inseriu no processo revolucionário . E como a revolução de 1930 alterou a própria instituição policial .

Buscaremos explicitar Qual a repercussão do processo revolucionário de 1930 na vida da corporação policial revisitando o evento histórico principalmente através dos documentos produzidos pela instituição. E como a corporação participou desses acontecimentos, e como estes alteraram o cotidiano e a dinâmica interna desta instituição.

E faremos analisando os eventos comezinhos da corporação: a emissão do ofício o relato de expulsão de um soldado o recrutamento de um civil para recompor as fileiras a organicidade do tesoureiro da corporação etc. E utilizamos para a nossa pesquisa telegramas recebidos com ordens do superiores, transcritos nos boletins regimentais diários, atas de punições, ordens do superiores etc. Tentando através disto encontrar indícios qualitativos

¹ Transcrição do Boletim regimental nº 196 da Policia Militar do Rio Grande do Norte Fls, nº 625,626. Assinado pelo Cel. Antônio Fernandes Dantas. Em 7 de Setembro de 1930 então comandante da corporação nesta data.

E através dos documentos produzidos pela própria instituição, compreender como a corporação participou desses acontecimentos, e como estes acontecimentos históricos alteraram o cotidiano e a dinâmica interna desta instituição e como isto repercutiu no Rio Grande do Norte.

E retomando a transcrição da nossa introdução, era latente a importância da dada a dependência econômica. E até podemos fazer uma leitura que autor sonhava com uma “política de substituição de importação” pois para ele o então comandante da Polícia Militar só conseguiríamos a independência econômica “*quando soubermos enfim, consumir nosso ferro, o nosso carvão e o nosso petróleo*”.

Em uma análise da escrita do comandante não só o nacionalismo econômico é evidente, mais também o mesmo sonhava acreditar ser o termo adequado com uma industrialização que possibilitasse o Brasil ter uma infraestrutura de transporte ferroviária, marítima e rodoviária que trouxesse o progresso digno de forma que o Brasil possa figurar entre as nações civilizadas do globo, na escrita do comandante não só o progresso está inserido também a ordem.

E a ordem em uma instituição militar é seguir a hierarquia obedecendo as autoridades superiores, e o tenente coronel faz essa colocação com certa polidez ou uma dissimulação de obediência hierárquica disfarçada dificilmente poderemos saber, no entanto nesta oração abaixo sintetiza o ideias de ordem e progresso expressos em um dia bastante simbólico para as instituições militares do Brasil vejamos: “*portanto como servidores do estado e do Brasil devemos prestigiar as nossas autoridades superiores estado afim de que assim garantidas e fortes possam redobrar [com] esforços, multiplicar sua atividade para que o ritmo porque vem se desenvolvendo o progresso do nosso querido Brasil,*”.

E este problema suscitado acima, também é um dos nossos objetivos específicos, porem primeiramente em nosso trabalho contextualizaremos historicamente, utilizando a historiografia que trabalha com a perspectiva econômica, política, e também uma abordagem cultural, problematizando as questões que remetem ao famigerado lema “Ordem e Progresso”.

E utilizamos um trabalho de um historiador que trabalhou especificamente com a perspectiva do exercício da atividade policial, as características mais específicas, da nossa pesquisa como o cotidiano policial, atividade policial, e a relação da polícia com o público, sua organização, função e como a polícia foi organizada pelo governo do império e principalmente pela Nascente República.

Dividimos nosso trabalho em três partes no primeiro capítulo faremos uma contextualização e uma apresentação das perspectivas historiográficas sobre a revolução de 1930 de maneira geral abrangendo a historiografia nacional.

No segundo e terceiro capítulo faremos uma narrativa da trajetória da polícia desde o império até o final da primeira República e revolução de 30, analisando como se dava o ingresso na corporação, quais as origens sociais dos integrantes desta corporação, descrever como era o cotidiano geral dos integrantes da corporação,

Analisando os fatos diários desta organização policial através dos documentos produzidos pela corporação os boletins regimentais diários, sempre procurando perceber se houve alguma alteração quer seja institucional, ou se houve alguma alteração na dinâmica da atividade policial militar no período estudado.

Demonstrando também que as influências do contexto nacional que alteraram a dinâmica da atividade policial militar no Rio Grande do Norte no período estudado.

Inicialmente nos filiamos a uma perspectiva histórica que estas mudanças ocorreram baseadas em um contexto que foi sendo construído ao longo de todo século XX de uma cultura da lei e do crime que a as “razões de estado” foi mesclado pelo pensamento cientificista de intelectuais influentes que possuíam as mais diversas matizes ideológicas e heranças culturais e preceitos morais e religiosos, que convergiam para esta formação cultural.

e quando um determinado grupo social imbuídos com a missão de criar um novo estado e um novo homem e quando alcança o poder através da revolução tentar impor estes preceitos as instituições do estado sendo a polícia uma das principais neste novo modelo de estado que vai sendo criado após 1930.

Apesar da extensa literatura sobre o período inclusive sobre a “intentona” comunista no Rio Grande do Norte, e muitos outros estudos ficam restrito a questão sindical, a perseguição política, as atividades e o fechamento da ANL, o fim dos partidos políticos e a decretação do Estado Novo, enfim as táticas repressivas do período são apresentadas mais de forma indireta do que explicitando de maneira analítica como se organiza este aparato policial .

E partindo desses pressupostos e de maneira monográfica pretendo analisar como se deu esta alteração da instituição policial no Rio Grande do Norte, e sendo assim uma oportunidade de estudar o processo revolucionário de 30 através de uma análise do cotidiano e da alteração institucional que a revolução trouxe ao aparato policial e poder policial do Rio Grande do Norte no período específico e de crucial importância para a compressão da consolidação do estado novo no Rio grande do Norte.

Capítulo 01:

A Revolução de 30 e a polícia

Para compreendermos o papel da polícia militar do Rio Grande do Norte na Revolução de 1930 é necessário inicialmente refletirmos como a historiografia tem tratado a questão da relação entre este evento político e a instituição policial organizada no decorrer da Primeira República. Alguns trabalhos podem nos auxiliar na maneira de pensar a questão. Merecem destaque: *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30*, de Maria Cecília Spina Forjas (1988) e *Classe Média Política no Brasil*, de Décio Saes (1996) e *A cultura da lei e do crime* e *Mundo da Violência: a polícia da Era Vargas* de Elizabeth Cancelli (2001; 1993). *A revolução de 1930 historiografia e história e Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*, de Boris Fausto (1970 ;1984) *Ordem na Cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro 1907- 1930* (1997) de Marcos Luiz Bretas .

Revolução de 1930, ideologia tenentista e autoritarismo

No seu estudo, Cecília Forjas buscou apresentar o tema como uma alternativa as interpretações “economiscistas” e “politicistas”, para isso, ela fez uso de um farto trabalho empírico tentando se desvencilhar dos antigos modelos teóricos pré-fabricados. Forjas tentou entender o processo revolucionário de 1930 atentando tanto para a estrutura quanto para a superestrutura (para utilizarmos os próprios termos da autora). Ela se concentrou em compreender dentre os diferentes atores sociais do processo, um em específico: os tenentistas. No entanto, ela procurou inicialmente separar o

movimento político tenentista com suas características da própria ideologia tenentista. Enquanto o “movimento político tenentista” teve suas origens e relação com a Revolução de 30, a ideologia tenentista perdurou por muito mais tempo, chegando a influenciar outros movimentos e agentes políticos.

O que nos interessa na obra de Cecília Forjas para o nosso trabalho é o entendimento do “contexto histórico mais inclusivo que dá sentido à atuação do tenentismo”. Para a compreensão desse contexto, a autora levanta seis pontos em comum que as análises sociológica e histórica referentes ao período: 1. Ausência de hegemonia de uma classe no estado brasileiro pós 30, 2. Ausência de uma burguesia industrial plena e sem um projeto de dominação, 3. Ausência de uma classe operaria autônoma e organizada, 4. Existência de uma classe média urbana ambígua e difícil de ser explicada sociologicamente, 5. Vácuo de poder e primazia do Estado, 6. Ausência de ideologia de classe e importação de ideias.

O quadro político que caracterizaria a Revolução de 1930 seria marcado pela “ausência de hegemonia no estado brasileiro pós-30”. A Revolução destruiu a hegemonia da burguesia (cafeeira), mas nenhum outro setor das classes dominantes teve condições de assumi-la. A nova coalisão no poder se constituiria como um “estado de compromisso”. No entanto, ela avalia também e segue concordando com Boris Fausto em parte que a “possibilidade de concretização do estado de compromisso é dada porem pela inexistência de oposições radicais no interior das classes dominantes e, em seu âmbito não se incluem todas as forças sociais. O acordo se dá entre as várias frações da burguesia; as classes medias – ou pelo menos parte delas – assumem maior peso, favorecidas pelo crescimento do aparelho do estado, mantendo entretanto uma posição subordinada. A margem do compromisso básico fica a classe operaria, pois o estabelecimento de novas relações com a classe não significa qualquer concessão politica apreciável” (FAUSTO.1970, p,101) Em outras palavras haveria um equilíbrio de forças antagônicas que lutavam pela hegemonia dentro no novo Estado brasileiro que surgiu no pós 30.

O segundo aspecto assinalado por Cecília Forjas seria a ausência de uma burguesia industrial plenamente constituída e portadora de um projeto de dominação. A autora critica a visão dualista da historiografia que hora minimiza o papel da burguesia industrial e a outra tradição que a coloca como protagonista e como o único agente

social capaz de promover o desenvolvimento capitalista no país. Para grande parte dos autores, a burguesia industrial seria vista como um grupo social permanentemente subordinado aos interesses da burguesia agrária, demonstrando sua fragilidade e sua incapacidade obter autonomia político-ideológica e por tanto de definir um projeto de industrialização nacional. A autora recusa ambos os modelos explicativos e defende que a nascente burguesia industrial tinha sim um projeto de poder, ou melhor, ambicionava ter autonomia política e jurídica. Esta não teria feito sua revolução à moda europeia e não elaborou um projeto de dominação, mas, segundo Forjas, reivindicou e conseguiu igualdade jurídica-política no interior dos grupos sociais dominantes e formulou um projeto corporativo de participação nas estruturas do Estado em processo de agigantamento.

Outra corrente interpretativa buscou enfatizar o caráter conservador dessa política, que teria sido a responsável pelo atraso da industrialização brasileira. Para esses, a Era Vargas teria sido marcada pela permanência de uma política econômica antiindustrialista e ortodoxa que seguia uma política financeira de contenção monetária e a manutenção do equilíbrio orçamentário. Em decorrência desta ortodoxia, teria havido um impedimento de uma maior diversificação e crescimento da economia brasileira.

Outros admitem que Vargas, com os compromissos que tinha com as classes dominantes tradicionais, manteve as políticas econômicas anteriores, mesmo que tenha havido a implantação de um novo padrão de crescimento centrado na indústria. Com enfoques semelhantes essa corrente considera que a reação interna da economia brasileira à crise de 1929 possibilitou o arranque do processo de industrialização por substituição de importação, apesar de não haver por parte do uma política deliberadamente industrializante.

Cecilia Forjas utiliza os argumentos de Eli Diniz para questionar raciocínio exclusivamente econômico na elucidação da questão da política econômico-financeira dos anos 30 a 45. Para uma compreensão completa da questão, seria preciso articular esse quadro econômico a quatro dimensões políticas: 1. A nova coalisão dominante significou a acomodação entre as elites tradicionais e emergentes e portanto abriu-se efetivamente, com a Revolução de 30 um novo espaço político para as elites industriais; 2. A participação da burguesia industrial nas decisões econômicas tem sido

minimizadas pela análise sociológica; 3. O pensamento autoritário foi a ideologia dominante nessa etapa histórica e influenciou positivamente o processo de industrialização ao legitimar a ação planificadora e intervencionista do Estado; 4. A grande diversificação do aparelho estatal no pós-30 implicou na descentralização de arenas decisórias nas quais os interesses industriais puderam se insinuar. (FORJAS. 1988, p, 12).

Na sua interpretação, Cecilia Forjas procura demonstrar que foi através dessa máquina burocrática que a burguesia industrial foi impondo suas perspectivas política, econômica e social. A participação desse grupo social se deu principalmente através do Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), do Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF) e do Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC). Foram nestes conselhos técnicos que a burguesia industrial pode defender suas bandeiras, mesmo que não viessem a conseguir todas elas.

O protecionismo alfandegário como forma de proteção a indústria, a campanha contra o livre comércio, a institucionalização do crédito industrial foram alguns dos principais passos da burguesia industrial na sua luta pela constituição de seu poder econômico e político e na sua luta pela constituição de uma identidade própria.

A burguesia industrial em seu relacionamento com o Estado e a elite rural usou de várias estratégias, que aparentemente, em uma análise rápida, se mostram contraditórias. Por que aliar-se a grupos que eram antiindustrialista e que foram contra as “indústrias artificiais? Por que a burguesia industrial mesmo se diferenciando da elite rural e se autonomizando ideologicamente ainda manteve-se aliada desta elite? A burguesia industrial manteve por muito tempo seus laços com os cafeicultores. Por que ela fez isso como estratégia? A burguesia industrial em sua longa trajetória para o poder defendeu o poderio dos cafeicultores para poder enfrentar, em primeiro lugar, as classes subalternas e principalmente uma classe média bastante combativa e assim, conquistar o aparelho do Estado.

Assim, diante da defasagem entre a percepção de interesses próprios e o montante de poder que o grupo possui para implementar esses interesses, haveria a adoção de estratégias de compromisso, que nem sempre condizentes com seus objetivos fundamentais almejados pelo burguesia industrial. Isto, porém, longe de significar falta

consciência, inconsistência ou dependência ideológica, representaria simplesmente um esforço por parte do grupo em ascensão no sentido de preservar alianças com os setores que detêm os recursos escassos necessários à consecução de seus objetivos.

Outros aspectos a considerar nesse contexto, segundo Cecilia Forjas, seriam a ausência de uma classe operária autônoma e organizada, bem como a existência de uma classe média urbana ambígua, difícil de ser explicada sociologicamente. Esse quadro social teria possibilitado o vácuo de poder e primazia do Estado. Tudo isso se refletia na ausência de ideologia de classe que vinha acompanhada pela importação de ideias.

Todos esses aspectos estariam na base da formulação das ideias tenentistas. Essas ideias teriam um conteúdo extremamente autoritário, que muitos autores associam a própria classe média. Esta se apresentaria como tendo como “missão social” salvar o povo da exploração das oligarquias agrárias. Para isso, almejava fazer de forma tutelada, pois também negaria a ação política das classes inferiores.

Também defendiam a centralização do Estado, mesmo que isto não acarretasse em sua primazia sobre a sociedade. Os mecanismos desta centralização estariam numa política de ampliação das estruturas do Estado, no seu poder de intervir sobre a economia, mas também em outros setores da sociedade como a religião, a imprensa e o sistema educacional. Tendo este último o dever de enfatizar o nacionalismo.

Tal modelo de Estado foi convencionado como Estado corporativista, que se caracterizava por ser também populista, pois buscava a cooptação das massas principalmente do operariado urbano por um líder carismático que distribuía benefícios a classe trabalhadora, então desprovida de uma consciência de classe.

Concordamos com Forjas ao assinalar que para que existisse uma primazia do Estado não houve um vácuo de poder no país, mas, pelo contrário, houve um poder que foi imposto de forma mais violenta e brutal do que nos países de desenvolvimento do capitalismo originário. A dominação de classe passou pela coerção extra econômica, ou seja, para além das leis de mercado que impõe a submissão das classes subalternas. Foi preciso submeter esses grupos não só pela construção ideológica, mas também pelo uso de um aparato repressivo muito desenvolvido. Neste aspecto, um elemento central desse processo foi transformar o poder antes exercido pelo exército na ordem social em um

poder de polícia. Esse seria um dos pontos em comum no que diz respeito a atividade policial que aproxima a interpretação de Cecília Forjaz da de Elizabeth Cancelli, conforme veremos adiante.

Assim, observa-se que durante a Era Vargas houve um agigantamento do poder de polícia exercido pelo Estado. O Estado brasileiro durante esses quinze anos do novo governo deixou de ser um Estado federal-oligárquico para transforma-se num Estado nacional-centralizado. Os mecanismos da centralização autoritária foram, segundo Maria do Carmo Campelo de Souza, os sistemas de interventorias, os departamentos administrativos (DA), o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e os órgãos técnicos-econômicos.

Através dessa nova máquina burocrática em expansão os novos e antigos atores sociais agora absorvidos e cooptados, tornaram-se controlados diretamente pelo Estado central que passou a exercer seu domínio sobre a sociedade como um todo. Os interventores nesse contexto, nomeados pelo poder central, deviam a ele sua permanência no governo dos estados, ao mesmo tempo em que mantinham ligações com as próprias oligarquias estaduais.

No entanto, não foram poucas as disputas pelas interventorias em todos os estados do país, mesmo que as críticas aos governantes indicados não tiveram força de se opor ao modelo implantado. Pelo contrário, o que mais se viu, foi a aceitação dessa norma para sanar as disputas intra-estaduais. Assim, cada grupo dominante local procurava impor um interventor que mais se aproximasse de seus interesses. Para isso, eles faziam uso do Departamento Administrativos do seu estado (“os daspinhos”), que funcionava como uma espécie de corpo legislativo controlando o interventor e garantindo lealdade ao executivo federal.

Sendo assim o “compromisso” entre as elites emergentes e as tradicionais estaduais se deu através da centralização que gradualmente esvaziou uma parcela do poder oligárquico, destruindo suas manifestações de autonomia. Por outro lado, o novo poder era fortalecido, com a ajuda desse mesmo poder oligárquico, que graças as cisões existentes que as dividiam internamente, levavam a competir pelos favores do Estado, através de uma complexa política de alianças. Esse quadro permitia ao poder central readaptar ou substituir as velhas máquinas oligárquicas da Republica Velha por outras

mais permeáveis aos novos objetivos nacionais dentro de uma estratégia global de fortalecimento do Estado.

O aumento das disputas inter-estaduais, agravadas pela crise econômica mundial, estiveram na raiz da emergência de um Estado todo poderoso, o Leviatã brasileiro, que se impôs a todos, ao mesmo tempo em que garantiu a sobrevivência do conjunto.

Ainda segundo Cecilia Forjas (FORJAS. 1988, p,29), coube a doutrina corporativista, que permeou todo o pensamento político da época fornecer a ideia de harmonia social e a eliminação dos conflitos de classe pela imposição de um Estado neutro poderoso e benfeitor capaz de realizar a arbitragem dos dissensos sociais. Essas ideias de um Estado nacional que buscava extinguir a luta de classes e coibir quem provocassem dissensões sofreram influência direta dos regimes que estavam em ascensão na Europa. Guardado as devidas proporções e especificidades do país, as ideias foram adaptadas de acordo com contexto histórico existente no Brasil.

O estado pós-oligárquico, no entanto, reconheceu a presença política da classe operária e, portanto, sua capacidade reivindicativa e sua cidadania. Porém sua integração a política se fez através do corporativismo, ou seja, de forma tutelada, trazendo para o aparelho do Estado a organização sindical. O Estado seria o canal e o próprio árbitro de disputas trabalhistas e também o principal indutor de medidas de melhoria salarial, de diminuição da jornada de trabalho, enfim das reivindicações históricas da classe trabalhadora. Através de legislações específicas, como foi o caso das leis trabalhistas, o próprio Estado Novo veio a se consolidar.

Outro aspecto a considerar desse quadro político pós-30, segundo Forjas, foi a configuração da ideologia tenentista e sua relação com a classe média emergente. Uma série de questões vem à tona: Quais as bases intelectuais da ideologia tenentista? Até que ponto essa ideologia ganha substância nas leis produzidas pelo Estado brasileiro? Seria “os tenentes” representantes legítimos da classe média?

A formação da ideologia tenentista esteve permeada por uma carga de positivismo. Incontestavelmente, as ideias de Comte não só influenciaram os tenentes, mas toda uma geração de pensadores e ideólogos do Estado Novo. Exemplos concretos

seriam: a reformulação do Código Penal de 1940, que esteve em plena vigência durante o Estado Novo. A ideologia tenentista esteve presente também no tipo de atuação jurídica, policial, psiquiátrica, prisional ou normativa da sociedade como um todo. Com o avanço dessa tendência, o saber sobre a normalidade, o crime e os criminosos passaram a ser tido como incontestáveis, na medida em que a utilização de certezas estatísticas psiquiátricas, medidas judiciais fazia com que não pudesse haver margem para dúvidas. Esse “conhecimento incontestável” e a fé na ciência positiva não gerava dúvida nas ações e nos objetivos dos grupos políticos que estavam disputando o poder na conturbada década de 1930 e em especial o tenentismo. Isso por que a construção de modelos institucionais para os “tenentes” não significava um mero exercício de imaginação política, mas sim a aplicação da capacidade do conhecimento técnico-científico.

A influência do positivismo no tenentismo remonta a tempos mais remotos que vem desde a formação da Escola Militar do Realengo. Mesmo considerando que o currículo dessa escola militar do exército tenha mudado para um perfil mais profissionalizante, porém isso não impediu que os tenentes da primeira geração tivessem sido influenciados pelo positivismo ainda na academia militar. Alberto Torres e Oliveira Viana foram influencias menos remota do movimento. Suas ideias tinham como base o autoritarismo, centralismo e o estatismo antiliberal. Foi por meio deles que os tenentes tiveram acesso a critica antiliberal. No entanto, é importante frisar que tanto Alberto Torres, quanto Oliveira Viana não só influenciaram os “tenentes”, mas vários grupos políticos do período.

Porém, o que diferiria a ideologia dos tenentes da de outros grupos que estavam em disputar pelo poder na década de 1930? Forjaz apresentaremos oito pontos que seriam o eixo da ação política do movimento político tenentista: 1. O predomínio do principio estatal sobre o principio de mercado; 2. A visão orgânica corporativa da sociedade; 3. O objetivismo tecnocrata 4. A visão paternalista-autoritária do conflito social; 5. O elitismo; 6. A objeção quanto a organização da ”sociedade civil”; 7. O comportamento político desmobilizador; 8. O voluntarismo golpista.

Estes pontos do projeto político do movimento nos dão uma prova de como a influência teórica dos tenentes produziu um projeto político distinto do qual eles queriam implementar no país.

Tenentismo, classe média e ordem social

Os estudiosos procuraram estabelecer associações entre o tenentismo e a emergente classe média republicana. Alguns levantaram as seguintes questões: os tenentistas foram representantes da classe média? Qual o papel que a classe média teve no processo revolucionário que culminou com a industrialização e reestruturação do Estado e da sociedade no país?

Décio Saes nos forneceu alguns elementos para refletimos sobre essa classe média emergente. Para ele a classe média não pode se identificar integralmente no plano ideológico-político com o proletariado (fabril comercial ou dos transportes). E como consequência a classe média não poderia participar do comando de um processo revolucionário de cunho socialismo, justamente por ser incapaz de impor a tal processo (a supressão da propriedade privada dos meios de produção é apenas um dos momentos) sendo esta verdadeira direção revolucionaria: a da supressão da divisão capitalista do trabalho.

E essa direção à classe média nunca tomou se tornando uma contradição ideológica típica da classe média: enquanto expressão privilegiada da divisão capitalista do trabalho. Deste modo ela (classe média) sempre tenderia a ser atraída para o campo ideológico da burguesia; e por outro lado ela em quanto classe de trabalhadores tenderia a se solidarizar com o proletariado (SAES, 1996 p. 452).

O que Décio Saes explica de maneira analítica é que a classe média urbana republicana era sociologicamente ambígua, oscilando sua posição política e ideológica entre a vinculação as classes dominantes e a classe operária. Portanto, ela era incapaz de qualquer autonomia político-ideológica, sendo assim facilmente cooptada pela elite dirigente, principalmente a alta classe média.

Saes parte de algumas questões para compreender a vinculação do movimento tenentista as emergentes classes médias na República, pois o autor considera o movimento tenentista como representação política da classe média, ainda que Saes reconheça a relativa autonomia do “partido militar”, ou seja, os tenentes “com relação às suas bases” a classe média.

E No que diz respeito à alta classe média, liberal e conservadora é totalmente se sentido encarar o tenentismo liberal como tradução em termos militares que segue um tipo de ação e de organização consagrado pela classe media armada os oficiais médios do Exército, das suas aspirações políticas. Evidentemente, ao estabelecer tal relação, admitimos ao mesmo tempo em que o grupo militar (oficialmente médio) não pode representar politicamente num sentido estrito, a classe média.

Já que o modo de ação e organização militar impede o estabelecimento de laços de organização profundos com as classes cujos interesses objetivamente defendem. Nessa medida, reconhece-se que o grupo militar só pode representar num sentido amplo a classe média, através do desenvolvimento de uma ação política que exprima os interesses e aspirações de classe que seria um projeto de desenvolvimento capitalista liderado pelo estado em favor deste mesmos grupos médios urbanos (SAES, 1996, p. 456).

O que Décio Saes defende na sua análise, e que se considerarmos em sentido estrito a classe media não seria representada pelos tenentes, em “sentido estrito” de acordo com os termos colocados anteriores. E sim em “sentido amplo” isto por que subjacente a esta colocação está à ideia de que a representatividade política de um grupo social só se efetiva quando o grupo social representante expresse num projeto de transformação global da sociedade os interesses de longo prazo dessa categoria social. (neste caso os interesses da classe Média) É importante ressaltar que Décio Saes divide o “movimento do Tenentes” em diversas frações de classes um seria o bloco representado por Prestes outro uma ala liberal e outra nacionalista que conseguiu impor uma hegemonia no bloco depois de 1930 e esta ala nacionalista teria um projeto industrializante que também é desejo da classe média ambos inseridos no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, vejamos a seguir na citação abaixo:

[...] O desenvolvimento do movimento tenentista entre 1931 e 1934, ao mesmo tempo em que exemplifica essa grande distancia (separação /deslocamento) entre a

classe media (baixa) e o seu “partido” (militar), indica que tal distancia não e suficiente para descaracterizar a existência, de um veiculo Real entre as aspirações dessa fração e a ação politica da média oficialidade do exercito. Mas a relação ideológica entre a classe e seu “partido” só se evidencia através da análise dos objetivos políticos perseguidos pelo tenentismo antiliberal e autoritário de 1931 a 1934 essa tendência consolidará rapidamente, no pós trinta, a sua hegemonia no seio do movimento tenentista. [...] assim surgem quase que simultaneamente e 1931: Clube Três de Outubro, sediado no Rio de Janeiro e alçado à condição de “comité central” do tenentismo autoritário [...] (Décio Saes 1996, p, 489).

Isso por que inicialmente o movimento tenentista tinha um caráter homogêneo no qual a ideologia militar unia o grupo ao longo dos anos da década de 1920 período de marcha da coluna por todo o Brasil; e posteriormente após 1930 os militares tiveram contatos com outras ideias e outros grupos civis partidos políticos organizações de classe etc. E eles (os tenentes) absorveram estas ideias e aquele grupo que antes seguia a égide militar. E em 1930 se abriram para novas ideias e classes sociais, portanto seguindo esta logica seria totalmente plausível esta representatividade em sentido amplo:

[...]Na década de vinte o movimento tenentista capta, a moda militar, essas tendências divergentes, nascidas no seio da classe média. Se o tenentismo apresenta, pelo menos até 30 um caráter unitário à forma tipicamente Militar do Movimento: elitismo, culto da hierarquia, subestimação das relações politicas com os “civis” (classe sociais, partidos políticos), “putschismo”. Todavia, essa unidade, estabelecida ao nível das formas de ação e organização (espaço próprio da “ideologia militar”), não pôde impedir o surgimento de diferentes tendências politicas no seio do movimento tenentista.[...] (Décio Saes 1996 p-455)

E retornando a nossa ideia inicial qual a relação existente em compreender a ideologia tenentista e definir quem o movimento tenentista representa ou quer representar? Baseado na nossa análise e levantamento historiográfico, concluímos que o movimento político tenentista anseia ser não só o representante de um projeto político de apenas uma classe política mais sim uma “ideologia de Estado ” que quer comportar e organizar todas as classes da sociedade sobre a tutela do estado, o único com o conhecimento técnico científico para tal empreendimento, afirmamos isto baseado no seu projeto político e nas influencias teóricas que formaram a ideologia tenentista. Isto na perspectiva de Cecilia Forjas, por que para Décio Saes, e se atentarmos bem para as citações apresentadas ele também constrói uma análise da formação ideológica dos “tenentes” ao longo do tempo, mas o faz em uma perspectiva estritamente classista não atentando como faz Cancelli e Forjas que busca análise de interpretações como a cultura e o estudo de movimentos políticos concretos.

A lei, a criminalidade e a ordem policial pós-1930

O estudo de Elizabeth Cancelli *A cultura da lei e do crime* nos fornece um quadro importante da ideia de ordem social e do sistema de lei adotados com a Revolução de 1930. Apesar de versar sobre o Estado Novo (1937-1945) e ter como preocupação a compreensão da construção de um “Estado total”, sua reflexão nos mostra como alguns aspectos desse quadro parecem ter se iniciado com a própria instalação do regime pós-1930 pois ela enxerga o golpe de 1937 como mera consolidação da política de Vargas.

Um desses aspectos seria a não separação da atividade política da policial na chamada Era Vargas. A atuação da polícia com a política torna-se integrada, uma como complemento da outra, de forma que as leis tornaram-se meros complementos ou apêndices que justificam a ação política. Tal relação se constituiria num traço da formação do estado totalitário brasileiro, ou do “grande Leviatã brasileiro”, como

prefere definir Maria Cecilia Spina Forjaz. A autora, diferente de Cecilia Forjas, deixa um pouco de lado a economia e se concentra na cultura e nos vários processos históricos em que diversas matizes ideológicas que construíram ao longo das primeiras décadas da República, uma cultura política que chegou ao poder em 1930.

Ao analisar os “vários discursos que compuseram a cultura da lei e do crime no Brasil da passagem do século XIX para o XX”, Cancelli afirma categoricamente que os intelectuais tiveram parte ativa na política e vida pública da Primeira República, Contrário a perspectiva historiográfica tradicional que resume o período as “oligarquias”, aos “coronéis e a política do “café com leite”, a política do período seria marcada pela existência de vários “projetos diferentes e muitas vezes divergentes de construção social, institucional e política do Brasil” (CANCELLI 2001, p13.) Deste modo, ela busca reconstruir os discursos “que matizaram o período e, a partir dos quais, evocavam conjuntos de valores éticos e morais que forjaram o entendimento da lei e da sociedade” (CANCELLI. 2001, p15)

Em sua perspectiva teórica Cancelli busca “resgatar essa construção e não sucumbir ao chamamento costumeiro de identificar grupos e, por intermédio deles, montar conjuntos uníssonos de pensamento” (CANCELLI. 2001, p14)A autora procura explicar como se deu a construção das ideias políticas no país, tentando identificar os mais diferentes matizes ideológicos. Ela faz um “exercício de desmonte dos discursos políticos, especialmente dos bacharéis em direito por que embora eles tenham sido a voz da intelectualidade brasileira a este tempo foram curiosamente silenciados pela historiografia ou quando muito taxado de bacharelesco” (CANCELLI. 2001, p,17) Nesse esforço de as matrizes ideológicas do pensamento do período, Cancelli procura também problematizar o conhecimento produzido pelos médicos e criminalistas.

Ela identifica que o debate intelectual na Primeira Republica vai muito além de raça e meio, e nesse ambiente que se construí uma nova tradição intelectual, cultural, jurídica e política no país. Contesta enfaticamente as diversas tradições de pensamentos e reforça seus argumentos nos estudos de Maria Stella Bresciani.

A autora critica a historiografia brasileira nos últimos quinze anos, que “apesar amadurecimento intelectual da produção histórica ela tenha construído o mundo de análise dos crimes e dos criminosos assentada fundamentalmente no aspecto da

dinamização econômica e social e da proletarização advindas do fim da escravidão da industrialização e da imigração em massa” CANCELLI. 2001, p,24) Para ela, tais análises históricas se debruçam sobre a criminalidade, o controle, a repressão e o ambiente urbano de uma forma exógena. O crime propriamente dito não seria abordado em sua simbiose com o criminoso. Essas interpretações estavam muito mais preocupadas em localizar a patologização social brasileira ignorando sua construção e analisando de forma externa os seus novos paradigmas.

Para Cancelli estes vários campos do conhecimento humano e em especial a “ciência” da antropologia criminal construirá uma “narrativa mítica assentada em preceitos científicos sobre as entranhas da mente, cujo ponto de partida é o da existência do criminoso nato, ou seja, de uma espécie de memória genética instituíste do mundo agora bi-partidarizados entre criminosos e não criminosos” CANCELLI. 2001, p,29)

A perspectiva que considera a polícia como aparelho repressor do Estado considera esta instituição policial independente de sua formação histórica como sendo sempre inimiga da classe trabalhadora isso porque a mesma reproduz e mantém dominação sobre as classes inferiores e no caso das policias sempre usando a violência legitimada pelo estado capitalista burguês que utiliza o aparelho repressor do Estado a (a policia) para manter a estrutura de dominação burguesa sobre a classe trabalhadora, nosso objetivo aqui não é desconstruir esta abordagem teórica sobre a policia e nem muito menos refuta-la, mas sim apresentar e trabalhos de autores que seguem esta perspectiva em abordagens históricas ou sociológicas.

A policia como aparelho repressor do estado é a ideia mais recorrente em muitos trabalhos históricos e sociológicos, no entanto existem poucos trabalhos historiográficos que se debruçam especificamente sobre a organização policial, e um deles do qual apresentaremos é o *Mundo da Violência a policia da Era Vargas* de Elizabeth Cancelli que defende que o trabalho policial foi totalmente politizado no período de quinze anos que Vargas esteve no poder, e a manutenção da Ditadura de Getúlio Vargas dependia quase que exclusivamente do aparato policial formado que suplantava o próprio ministério da Justiça. (CANCELLI. 1993, p, 52) E sendo assim a policia do distrito federal (que viria se a policia federal) centro nevrálgico do controle

policia responderia diretamente ao presidente Vargas, em uma estrutura totalmente centralizada.

A policia no Brasil que tinha estrutura descentralizada, no qual a figura do governador era o chefe maior das milícias estaduais, e que os interesses políticos em cada um dos estados da federação não era afetado, pelo contrario mesmo com as disputas politicas ferozes, o “compromisso” sempre foi reatado até a vigência da Primeira Republica, ao contrario do pôs 1930 *no qual as policias estaduais, formalmente subordinadas, aos interventores ou governadores de estado passaram a ser diretamente subordinadas a policia do Rio de Janeiro e, portanto à presidência da Republica*². (CANCELLI. 1993, p, 50)

Esta estrutura policial totalmente centralizada, que visava dentre outras coisas mais principalmente, o controle politico e a supressão de ideias e atividade politicas subversivas, a autora afirma que este aparelho repressivo formado pelo Estado Novo além de outros inimigos *tinham um inimigo maior o comunismo, os comunistas se tornaram o alvo mais constante, embora não o único, da investida policial ao tratar do combate ideológico e social. Seus militantes e simpatizantes seriam igualmente priorizados como inimigos em potencial*. (CANCELLI. 1993, p,79)

Através do trabalho de Cancelli neste período histórico fica evidente a sua perspectiva e o papel segundo autora que a policia tem como aparelho repressor do estado, no entanto um questionamento que deve ser feito a instituição policia sempre desempenhara esta função de repressão em qualquer período da historia? Ou esta é uma característica especifica da policia politica da era Vargas? Enfim preferimos relativizar e afirmar que isto depende da abordagem teórica do autor, portanto é crucial analisarmos outra obra que trabalha com a temática criminalidade na primeira Republica outra temporalidade e um diferente enfoque historiográfico que enfatiza o caráter repressor de controle da policia.

Em *Crime e cotidiano*, Boris Fausto constrói um trabalho debruçado em uma vastidão de estatísticas criminais³ levantadas nos arquivos da policia e da justiça criminal de São Paulo no qual o autor buscou identificar dentre outras coisas, que criminalidade

³ Boris Fausto em crime e cotidiano em seu levantamento estatísticos sobre criminalidade traz uma abordagem que acreditamos que pode ser chamada de uma história serial pois ele utiliza formulas matemáticas programas de computador para o tratamento dos dados etc.

e controle social (FAUSTO. 1983, p, 9)andam de mão dadas, no período que vai da ultima década do Império as primeiras décadas da Primeira Republica, no qual ele enfatiza a discriminação pela cor e a ligação com crimes, a correlação entre imigração e criminalidade, o sexo e criminalidade (no que diz respeito a mulher) e grau de instrução e profissão e a relação com a criminalidade ou seja construído o mundo de analise dos crimes e dos criminosos assentada fundamentalmente no aspecto da dinamização econômica e social e da proletarização advindas do fim da escravidão o interessante e que apesar de os dois autores nesta duas obras concordarem quanto ao papel da policia na estrutura do estado, a diferenças enquanto abordagem Boris Fausto privilegia a analise econômica acerca do crime e da marginalização do criminoso, e de Elizabeth Cancelli que especificamente na obra o mundo da violência enfoca na conjuntura politica e em alguns aspectos culturais constituintes da forma de organização, atividade e ação policial.

A polícia segue as leis da “ciência positivista”

Como dissemos anteriormente no inicio deste capítulo esta classificação que fizemos de alguns autores que trabalharam direto ou indiretamente com o tema policia, afirmamos que isto não implica que estas perspectivas sejam contraditórias ou sigam uma escala evolutiva em que uma abordagem seja melhor ou pior entre si, pelo contrário, alguns são complementares, e sofrem múltiplas influencias.

Em diversos trabalhos históricos que trabalham direta ou indiretamente com o tema policia se debruçam com o papel e a influencia do positivismo na formação das estruturas, currículos e atividade policial, e a formatação das próprias leis do Código Penal brasileiro tanto o de 1942 como o de 1890.

E a antropologia criminal crimes Lombroso e outros autores precursores da antropologia criminal que acreditavam em um determinismo biológico para o cometimento de crimes “os degenerados” os “epiléticos” os alcoólatras etc. E, portanto a ciência dotada desses conhecimentos sobre o criminoso, então deveria auxiliar a atividade da policia e, portanto a mesma deveria ser dotada de mecanismos, técnicas, dados e aparelhos para identificar e conseguinte prender e punir estes sujeitos e a para

isso dentre outras técnicas os dados antropométricos são fundamentais. E por isso foram criados diversos instrumentos de medição aferição para identificar estes criminosos, lembrado que estes equipamentos na maioria das vezes são importados e os métodos de utilização seguem sistemas internacionais como o sistema Bertillon, é importante frisar que as medições e exames de aferição antropométrica que segundo *os medico legistas poderia revelar a verdadeira personalidade do criminoso e por isso indicar a justiça os caminhos mais precisos a ser seguidos* (CANCELLI. 2001, p, 76) a criação de um saber médico sobre as características do homem criminoso apoiava o aparato judiciário e policial, isso por que além de características que define um criminoso em potencial, era a ciência positivista apontava a questão do tóxico em especial do álcool que associado a questões ambientais ampliava a “*ação criminógena do álcool*” (CANCELLI. 1993 p 154), isso por que além da prostituição, vagabundagem e miséria para os positivistas o alcoolismo era um dos fatores que mais contribuía para a degeneração individual e coletiva de um povo e conseguinte o cometimento de crimes.

E combater o alcoolismo eliminaria este ciclo vicioso e seria uma ação preventiva contra o pauperismo fonte da mendicância e da vagabundagem. Seria um equívoco a historiografia que trabalha com história Social não enxergar um elitismo e um desejo higienista das classes superiores nestas ações construtoras de estigmas sociais, no entanto é preciso compreender que esta elite dirigente ancorando em um conhecimento científico positivista visando uma “harmonia social” criou e remodelou diversas instituições do estado inclusive a polícia civil e a militar para tentarem combater estes males da sociedade.

E atentando para tudo que foi dito sobre o papel da polícia neste projeto de modernizante e civilizador da República do Brasil, é preciso problematizar qual a distância entre o projeto e sua efetiva implementação no cotidiano diário da atividade policial o historiador Marcos Luiz Bretas faz estas colocações, isto por que ele entende que *o trabalho policial se compõe de uma mistura de tarefas eminentemente burocráticas e algumas situações inesperadas, que contribui mais para o folclore da atividade do que de fato ocorrem na atividade cotidiana* (BRETAS. 1997, p,93)

Isso por que o autor acredita que os policiais aprendem a identificar as circunstâncias em que podem efetivamente prestar o serviço e aquelas em que não vale apenas fazê-lo, nos regulamentos e leis e códigos legais abundam as definições e

atribuições da policia e de como ela devem fazer cumprir a lei e a ordem em todos os períodos históricos da Republica estas definidos estas atribuições quer seja nas constituições, regulamentos de disciplina, código de ética policial etc.

Bretas afirma que estes códigos para os policiais são muito uteis, estas questões de “obediência às leis” porem como estratégia de apresentação para um publico externo, pois sua pratica diária não é necessariamente guiada pelos códigos (quer sejam as influencias destes códigos).

A abordagem de Bretas sobre atividade policial coloca um pouco em cheque a perspectiva de Cancelli sobre o papel da policia na implementação de novos códigos de condutas social, um pouco por que Bretas entende que atividade policial “normal” foi eclipsada pelo crescimento da policia politica, e o seu crescimento se deu de forma maior a partir de 1920 e não parou de crescer no Brasil, e isto modificou completamente a visão do publico sobre a policia que já era mau vista o descontentamento só foi aumentando.

Já Elisabeth Cancelli não entende desta forma apesar de concordar que Brasil pôs 1930 passou de uma sociedade policiada para um estado policial, ela entende este processo como uma marcha que buscou a implementação do estado Total e que o papel da policia tinha uma função crucial com todos os méritos de identificar as corrente teóricas de pensamentos e ideias que moveram os homens letrados da Primeira Republica. Não devemos subestimar o papel da politica de natureza pratica e da economia, abordagem esta que Cecilia Forjas faz ao trabalhar com um movimento politico especifico “os tenentes” da mesma forma que Bretas com sua abordagem interna que enfatiza o cotidiano da atividade policial e problematiza como a policia realmente faz seu trabalho a despeitos dos códigos e leis que lhe confere poder e regulamenta a sua atividade no aparelho do estado.

Capítulo 02

Os republicanos e a polícia no Rio Grande do Norte

Neste capítulo apresentaremos alguns desdobramentos e eventos históricos e algumas características institucionais sobre uma determinada instituição de Estado: a polícia militar.

As interpretações sobre a polícia vêm sempre no bojo de algumas problemáticas como o poder, o Estado, o crime, a violência, a lei, a justiça criminal, etc. No entanto, essas problemáticas, em especial o crime, a lei, a justiça criminal e a polícia, apesar de serem objetos de estudos bastante distintos, possuem uma intrínseca relação e que a compreensão de cada uma delas e suas relações implica sempre numa “mesma razão” ou paradigma.

Outra questão que precisamos frisar é que nem sempre estas interpretações são contraditórias ou hierarquizantes. Enfim, a exposição aqui apresentada servirá para compreendermos e entender o papel da polícia no estado do Rio Grande do Norte desde a sua origem ainda no Império, mas, sobretudo durante a Primeira República.

As transformações da força policial durante o regime imperial

A história da formação do Estado nacional brasileiro sempre esteve ligada ao desenvolvimento de sua justiça criminal. Já desde o próprio período monárquico, a história do Brasil independente se elaborava em torno da formação das instituições e órgãos da justiça criminal, tomados como símbolos ou campos de luta para a constituição da nova nação, local privilegiado da disputa entre as tradições do absolutismo português e as novas ideias do liberalismo então em expansão (BRETAS, 1998) e a criação de leis e instituições como código criminal e de processo penal, e a criação da polícia, vem no contexto da reação conservadora, que permitiu a consolidação do Império.

As instituições nacionais seguiram a tradição e o modelo da Coroa lusitana, a justiça criminal representada na figura do Intendente Geral da Polícia do Brasil. Esse tinha com atribuição administrar e estabelecer a justiça na cidade, ou seja, ele dispunha tanto de poder de polícia, quanto poder jurídico.

A polícia, propriamente dita, foi criada, em maio de 1809, então denominada Divisão Militar da Guarda Real de Polícia. Foi dessa instituição que teve origem a Polícia Militar. No Império, esse modelo institucional de justiça e polícia, implantado na Corte, foi exportado para as províncias do país.

No Rio Grande do Norte, a força policial foi criada em 27 de junho de 1834,⁴ por João José Ferreira de Aguiar, Presidente da Província, com a denominação de Corpo Policial da Província do Rio Grande do Norte e foi concebida para ser composta por um efetivo previsto de setenta policiais (WANDERLEY, 1970, p. 3). Deveria caber ao órgão provincial “realizar o patrulhamento das ruas, principalmente à noite”. Uma tropa aquartelada deveria ser mantida e só deveria ser empregada “quando houvesse

⁴ Houve uma mudança na comemoração de aniversário da Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, que antes era comemorada do anualmente no dia 04 de novembro e sua criação 04 de novembro de 1836. E após uma revisão histórica de tradição memorialística, e a mesma se tornou mais “velha” agora a data de comemoração é 27 de junho, tendo o ano de sua criação 27 de junho 1834 portanto, sendo considerado oficialmente como data de sua criação atualmente.

perturbação da ordem pública”. Sendo assim, o que caracterizaria essa força, fortemente vinculada às tradições militares portuguesas, era muito mais a defesa patrimonial do que o patrulhamento diário. (ELOI, 2008, p. 13)

Ao longo de todo o Império, o efetivo policial na província potiguar foi sempre reduzido, acompanhado de dificuldades e precariedades. O grosso da tropa era composto de homens livres e os praças eram recrutados das classes mais humildes, enquanto que os oficiais eram oriundos das classes mais favorecidas economicamente.

Após a regulamentação da lei de 3 de dezembro 1841, que foi regulamentada no Rio Grande do Norte, dois meses depois, foram definidas as atribuições do chefe de polícia (DANTAS, 2009, p. 105). Em algumas províncias ele poderia acumular o cargo de juiz de direito. No entanto, no caso potiguar, o chefe de polícia só teria poderes judiciais em caso de menor gravidade (BRETAS, 1997, p. 42).

Conforme assinalamos anteriormente, essas reformas faziam parte de uma política conservadora que buscava reduzir os poderes dos juízes eleitos pela substituição de juízes profissionais e funcionários policiais indicados pelo poder central. Para Bretas, política de investir na autoridade de funcionários subalternos seria uma alternativa própria da elite conservadora que se colocava na “tarefa de organizar um aparelho estatal num território de vastas dimensões, sem classe profissional suficientemente grande de onde pudesse recrutar elementos para o serviço público” (BRETAS, 1997, p. 42).

No ano de 1841 foram criadas, por lei provincial, 6 delegacias e 39 subdelegacias de polícia em toda a província (DANTAS, 2009, p. 423). No entanto, até a década de 1870, a configuração da polícia na capital do Império e nas províncias permaneceu praticamente a mesma. Somente no final do Império foi que as polícias começaram a operar com poderes mais restritos, pois uma nova lei eliminou os seus antigos poderes judiciais. Neste período também ficou mais bem definida a divisão entre as polícias civil e militar (BRETAS, 1997, p. 43).

O final do período imperial foi marcado por inúmeras mudanças estruturais, forte imigração, fim do sistema escravista, que desorganizou o sistema de produção e social. Tais mudanças dentre outros fatores culminaram com o próprio fim do Império.

Seguindo a influencia do pensamento científico positivista que cada vez mais influenciava os intelectuais da época (CANCELI, 2001 p.18) que por sua vez aplicam estes conhecimentos para reformar as policias e que deixaram marcas, e modificaram a própria razão de ser da atividade policial.

Nesse mesmo período, ficava assinalada a incapacidade da polícia militar de se legitimar socialmente como instituição importante da ordem social. Os relatos sobre um episódio ocorrido no ano de 1893, num lugar chamado Zangarelha, no município de Acari, envolvendo um grupo de policiais e um grupo de pessoas da localidade nos dão um quadro dessa realidade. Apesar dos relatos apresentarem versões completamente distintas sobre o episódio, elas assinalam o grau de incompetência,

O primeiro relato, retirados dos próprios documentos oficiais da polícia, conta:

"que na noite de 23 para 24 de setembro de 1893, pernoitando o inditoso Furriel Joaquim Paulo Rodrigues, com mais quatro praças, que se recolhiam do Caicó para esta capital no lugar Zangarelha, do município do Acari, e por um descuido inexplicável, deixando de postar como lhe cumpria uma sentinela que os e as armas, arrastados naturalmente pelo enfado da viagem, dormiam profundamente quando um grupo de desordeiros, superior a quinze homens, capitaneados por Manoel Petronilo Pereira de Araújo, Cipriano Pereira de Araújo e Cipriano Lopes, e prevalecendo da escuridão da noite e certos de nenhuma resistência que lhes podiam oferecer as desprezadas vitimas, covardes e traiçoeiramente atacou aqueles infelizes matando dois e ferindo gravemente os outros dois, e o outro praça levemente ferido, fugiram miseravelmente depois de haverem roubado o pouco dinheiro de suas etapas que traziam as praças, e uma carabina e 124 cartuchos" (DANTAS, 2009, p. 190).

Enquanto, o outro, transmitido de forma oral por meio de um dos parentes de Manoel Petronilo (nome citado no documento oficial), contam que:

corria o ano de 1893 pela casa velha passaram uns soldados que levaram umas mantas de carne de um marchante de corda. Meu pai foi da com eles nas zangarellhas a lhes reprovar a ação e exigir o pagamento. Então fizeram-no apear-se, obrigando-o a passar por baixo do animal da sua sela varias vezes, aos pontapés e insultos. Divertiram-se a vontade. Chegando de volta à casa do meu avô Antônio Pereira, cabisbaixo, triste desembuchou tudo. Um padre que lá estava, ciente do ocorrido e vendo o abatimento daquele homem,

estimulou uma desforra. Pois foi num instante que se fez um batalhão, indo um espia observar quantos eram, onde estavam e o que faziam, seguindo por um caminho e voltando por outro pra não levantar suspeita, haviam almoçado e descansavam na sombra de uma latada. O ataque foi à foice, cacete, facão e faca foi rápido, fugindo alguns caatinga a fora. Poucos tiros perdidos, gente ferida e morta. Tempos depois chegou em Acari uma autoridade policial, para instaurar um processo e se instalou no alto da intendência. O Coronel Silvino Bezerra, maior figura de seu tempo foi ao seu encontro, discutiu com ele um militar de patente e, em seguida, conduziu-o pelo braço até a janela, de onde se avistavam, lá embaixo muitos homens prontos e que vinham ser a parentela decidida. Questionaram o quanto puderam, concordando, por fim, que nada mais havia a ser feito e tudo terminou ali (DANTAS. 2009, p. 207).

O episódio acima, em qualquer de suas versões, demonstra a dupla dificuldade da polícia de impor uma racionalidade estatal moderna no Rio Grande do Norte, seja pelo despreparo e a vulnerabilidade das forças policiais frente ao bandidismo no interior, seja, pelo envolvimento dos próprios policiais em crimes como o roubo, a humilhação e abuso de poder sobre a população.

O desfecho do caso, conforme é apresentado na segunda versão, nos dá provas do quanto à autoridade policial estava limitada para impor a ordem pública em certas localidades do interior do estado, onde o mando local e os costumes de justiça pela honra ainda perduravam. De fato, tratava-se de uma mentalidade tradicional, herdada desde o Império e que permanência incontestemente durante a nascente República, mesmo que esta acreditasse por remodelar a sociedade dentro da Ordem e do Progresso.

A República e a polícia no Rio Grande do Norte

Em seu início da descentralização política e a ampliação do regime representativo, que constituíam aspectos centrais da estrutura política republicana, exigiram das elites políticas regionais a montagem de uma nova estrutura de poder, encontrando-se aí a raiz da formação das oligarquias republicanas. Este processo, que

enfrentou obstáculos no centralismo do período de Deodoro, afirmou-se com Floriano e encontrou sua expressão acabada nas proposições de Campos Sales. Estas firmavam o princípio da continuidade das facções dominantes em cada Estado e condenavam as oposições (oligárquicas) à marginalidade, às quais, para chegar ao poder, só restava a alternativa do uso da força, cujo êxito dependia do apoio, aberto ou tácito, do governo central (SPINELLI, 1992, p. 8).

As reformas que já vinham ocorrendo no sistema policial no final do Império foram ampliadas na República. Durante a Primeira República, a polícia passou a ter uma estrutura descentralizada e assim, os interesses políticos em cada um dos estados da federação não seriam mais afetados. Pelo contrário, mesmo com as disputas políticas ferozes que vinham à tona em cada eleição, o “compromisso” de autonomia policial estadual permitia que não houvesse uma maior intromissão policial do poder central sobre os interesses estaduais. Nesse novo contexto, a figura do presidente do estado tornou-se também a de chefe maior das milícias estaduais e o Chefe de polícia passou a ser nomeado por indicação diretamente por ele.⁵

Os governantes potiguares, na Primeira República, tentaram impor estas reformas, mas o que temos de concreto foi só as mudanças da lei que propunha a criação de novas regiões policiais pelo estado. No entanto, esta visão modernizante ficava somente no papel e inserção dos policiais nos quadros de chefia (como delegados) ainda permaneceu no controle pela elite, permaneceu então vinculada a acordos pessoais e à busca de recompensas, dependendo das relações de favor, e não de qualquer forma de implantação de uma racionalidade burocrática capaz de transferir o exercício da autoridade do âmbito pessoal para o da instituição estatal e isto diz respeito aos cargos ligados a uma classe média e a elite política nos cargos que esta classe se interessava.

Os governantes republicanos não só mudaram o regime de governo, como também aos poucos foram modificando as instituições republicanas, e uma dessas

⁵ Somente no Distrito Federal foi que a nomeação do Chefe de polícia ficou ainda a cargo do governo federal. O Chefe de polícia da capital era nomeado pelo Presidente da República a partir da indicação do Ministro da Justiça. Em 1892, durante o governo de Floriano Peixoto, foi nomeado um militar para o cargo de Chefe de polícia, rompendo assim com a tradição imperial de colocar magistrados na chefatura de polícia. Porém, a partir de 1903 a chefia de polícia voltou as mãos dos bacharéis, por força de lei. Assim, o chefe de polícia passava a ser advogado com vasta experiência, promotor ou juiz (BRETAS, 1997, p. 48).

influências foi uma nova forma de ver o direito, e conseqüentemente, os crimes e criminosos. O período foi marcado por a diminuição da influência da escola clássica de Direito, com seu principio de livre arbítrio que instruía o olhar sobre o mundo criminal.

Nesse contexto, as diferenças entre a escola positiva e a escola clássica tornaram-se gritantes, pois enquanto os clássicos postulavam, em primeiro lugar que as condições socialmente determinadas conduzião ao comportamento desviado, razão pelo qual todo individuo podia apresentar comportamento desviado, a escola positiva, baseada sobre um rígido determinismo, defendia que homens eram cunhados biológica e socialmente de tal maneira que impedia motivar ação que viesse romper com as tendências inatas.

Criminosos e não criminosos se diferenciariam fundamentalmente por suas diferenças bioantropológicas. Assim, cabia a nascente ciência criminal dividir os homens em vários tipos a fim de identificar aquilo que era considerada suas “tendências inatas” (fossem elas total, parcial ou mínima) para o cometimento de crimes (CANCELLI, 2001, p. 35).

Durante a Primeira República, o grosso da tropa policial do Rio Grande do Norte se não tinha a figura capoeira de farda (BRETA, 1997, p. 144) existia a figura clássica do “sertanejo caboclo valente”, que resolvia suas pendencias na “ponta da faca”. É provável que essa figura estivesse nas origens sociais dos muitos grupos armados de jagunços, cangaceiros e entre os próprios policiais militares dos estados.

O cangaço, aqui assinalado, trouxe problemas para a polícia, não só pelas ações pontuais dos criminosos, mas pela amplitude social que o fenômeno assumia, ameaçando toda ordem pública e despertando o sentimento de perigo social nas autoridades governamentais. Estes grupos armados que estavam fora do aparelho do estado atormentavam as populações de cidades pequenas e até mesmo os governantes de estados e municípios que possuíam algum tipo de aparelho repressor eficiente. Por outro lado, muitos governantes e elites locais procuraram tirar proveito dessa situação estabelecendo acordo políticos e econômicos com os malfeitores.

Podemos dizer, utilizando um termo moderno, que o banditismo na época era um problema de segurança pública que veio do período imperial e perdurou com vigor até as três primeiras décadas do século XX.

Ainda em 1926, durante o governo de José Augusto, o estado sofria invasões de cangaceiros e bandidos, que estavam diretamente ligadas aos problemas do êxodo e das estiagens que provocavam a ocupação de latifúndios, algumas vezes de forma violenta, criando injustiças sociais. Os cangaceiros foram assim representantes típicos dessa forma de protesto na época, portanto um problema social. Neste mesmo ano ocorreram três investidas de cangaceiros no estado, sendo uma delas comandadas por Lampião, Sabino e Massilon que tentaram assaltar a cidade de Mossoró no ano seguinte⁶. A proporção dos ataques e a incapacidade da polícia potiguar de aplaca-los, fez com que (a pedido de José Augusto), o presidente da Paraíba, Dr. João Suassuna, autorizasse o envio tropas policiais para ajudar na defesa da ordem social do estado vizinho e com apoio da população local.

Na mensagem de governo apresentada naquele ano, José Augusto assim se referia ao problema:

(...) todo Nordeste conhece hoje as causas do banditismo e as fontes que o geram e alimentam são apontados nominalmente, irresponsavelmente todos os poderosos que acolhem, acoitam e tiram proveito do cangaceirismo, praga nefanda pela qual o menos culpado é o próprio celerado, quase sempre um tarado moral. A lição do nosso estado onde não há bandos criminosos e onde não é possível que se formem porque para isso falta ambiente propício, responde com eloquência! (apud. MARIZ, 1981, p. 50).

Além da enfática retórica do Presidente José Augusto de dizer que no Rio Grande do Norte não se “cria” “não se acoita” e “não se acolhe” esse tipo de “praga nefanda” que historicamente é uma falácia.

⁶Um dos trabalhos considerados mais completo e minucioso estudo sobre o tema é Guerreiros do Sol de Frederico Pernambuco de Mello . Ao contrário da maioria dos historiadores, que romantiza Lampião, o autor mostra evidências de que o rei dos cangaceiros era um bandido profissional, sendo responsável, por exemplo, pelos primeiros sequestros no Brasil. Guerreiros do Sol – Violência e Banditismo no Nordeste do Brasil, Frederico Pernambucano de Mello, Girafa/Massangana, 2004

Observamos primeiramente os adjetivos dado aos cangaceiros como “celerado” e “tarado moral” para definir os cangaceiros, vinham da crença presente em toda uma geração de intelectuais e políticos do período, de que, baseando-se em preceitos positivistas atestavam para os fatores atávicos do cangaceirismo.

No entanto, para José Augusto, os homens que compunham os grupos dos cangaceiros eram “os menos culpados” porque agiam por impulsos biológicos incontrolláveis, não podendo possuir uma consciência política. Diferentemente, os “poderosos que acolhem, acoitam e tiram proveito do cangaceirismo”, ou seja, determinados líderes locais (coronéis), tinham consciência plena de suas ações e por conveniências políticas e econômicas tiravam proveitos destes “celerados”. Seriam estes sim os verdadeiros responsáveis por esta “praga nefanda”.

Diferente do que sustentava o governante José Augusto, de que não existia banditismo no Rio Grande do Norte, pois o estado não possuía as condições necessárias para que ele prosperasse, não corresponde com a realidade. Observa-se que durante toda a Primeira República, e inclusive no Império, era notória a presença de bandidos e malfeitores, proporcionado, em parte, pela criação de um sistema repressivo que tinha muita dificuldade de recrutar membros e de estabelecer disciplina para o grosso da tropa (BRETAS 1999 p, 232).

O banditismo, como falamos, foi um desses fatores que contribuíram para essa dificuldade de imposição do aparelho estatal, sobretudo, no que tange a atividade policial no interior do estado.

Um episódio ilustra bem essa relação entre a conduta policial e banditismo, conforme foi denunciado pelo major Miguel Augusto Seabra de Melo. Trata-se de um “procedimento incorreto” realizado por praças sob seu comando, que na presença do cangaceiro António Silvino, acompanhado de 20 homens, em uma bodega localizada num lugar denominado Sitio Novo, aceitaram que esse pagasse bebidas e cigarros para eles. O major informou que, frente ao acontecido, autorizou a prisão dos seus policiais por oitos dias, porém justificou que a medida disciplinar não traria prejuízo para o serviço policial (DANTAS, 2008, p. 211).

Conforme podemos observar, as normas legais que os policiais deveriam zelar no exercício de suas tarefas podiam ser ignoradas ou, ou adotadas de acordo com a conveniência e as implicações que tais escolhas podiam acarretar.

O episódio deixa claro que a ação dos agentes locais do Estado e das autoridades públicas, representado na figura do major, foi a de não fazer concessão para essas condutas desviantes. Assim, a punição aos praças procurava contestar as regras sociais locais que estavam totalmente fora das regras e legislação do Estado. Essa autoridade, como outras tantas tiveram de fazer concessões para formar e manter efetivo policial em funcionamento dentro do Estado. Por outro lado, devido a essas concessões, havia uma grande margem de que a permanência desses elementos desviantes e até marginais viessem comprometer qualquer projeto de implantação de uma racionalidade estatal moderna.

Outro fator que dificultou a implementação do projeto idealizado de polícia foi a disciplina, ou melhor a indisciplina da tropa. Havia uma grande dificuldade dos comandantes de impor normas e regras militares e também valores morais que os policiais deviam seguir. Conforme evidenciado no caso de

A aplicação de punições em policiais indisciplinados e de má conduta, conforme aplicada pelo major Miguel Augusto Seabra de Melo, assinala a dificuldade da obediência às normas institucionais defendidas pelo governo republicano.

Outro exemplo dessa falta de cumprimento das normas republicanas esteve relacionada à prática do consumo de álcool e a expansão do alcoolismo no meio policial. Durante a República o alcoolismo esteve associado à vagabundagem e a degenerescência. Tratava-se de um mau que não só atingia a população em geral, mas até mesmo a força policial. Como combater esse “mau” no meio policial?

Em 1912, foi notificado que o soldado Antônio Matias Filho “foi preso por dez dias na penitenciária nº 2 sem prejuízo do serviço, por ter se embriagado e andado se gabando, de ter brigado com seis homens, de quem havia tomado uma faca, fato que só se passou na fantasia de sua embriaguez”. Ainda no mesmo ano, foi preso o soldado Lourenço Vicente Ferreira, por 15 dias, ter também está embriagado durante seu serviço. No ano seguinte, foi notificada a detenção do soldado João Regenerado de

Oliveira, por 30 dias na penitenciária, por ter estado embriagado e armado de faca peixeira, provocado desordem no Paço da Pátria (DANTAS, 2009, P, 215).

É interessante notar que sempre as notificações das punições eram acompanhadas pela expressão “sem prejuízo do serviço”, o que demonstrava o desejo das autoridades de remediarem a gravidade dos problemas ocasionados pela conduta indevida dos seus subordinados. Percebesse também que a detenção dos policiais só era realizada quando o consumo de álcool vinha acompanhado de outras infrações mais graves como a desordem. De fato, o problema do alcoolismo, dentro das fileiras da polícia militar, se tornaria uma constante por todo o século XX.

Além do alcoolismo, outros comportamentos considerados imorais e degradantes também foram combatidos dentro da corporação militar. O desejo de estabelecer um modelo de conduta ilibada, baseada numa “moral policial militar”, acompanhou o projeto de modernização da força policial.

Alguns registros nos oferecem exemplos das penalidades adotadas aos que infringiam a “moral policial”. Ainda no período foi notificada a detenção do contramestre da banda de música José Sinésio Freire por vinte dias, acusado de, mesmo sendo casado, teria iludido “uma jovem e tirando-a de casa da sua mãe para fins desonestos”. Nesse mesmo delito, outro militar, o músico de segunda classe Antônio Pedro da Rocha, também foi condenado à prisão por dez dias, por ter auxiliado o referido contramestre (DANTAS, 2009, p. 326).

Outros desvios graves, como furtos e roubos realizados por membros da corporação, tinham como punição a expulsão, ou em alguns casos uma detenção por sessenta dias, conforme regia o regulamento da corporação.

Todas as penalidades praticadas por militares estavam submetidas ao Código Penal Militar vigente, cujas punições eram muitas severas do que correspondentes no Código Penal Civil. Por meio de uma legislação austera, a corporação procurava manter a hierarquia e disciplina da tropa frente a qualquer problema relacionado com a atividade policial.

Durante a Primeira República, foi apresentada uma série de ações de reforma da organização policial. Apesar das dificuldades encontradas para a sua realização, essas ações reformadoras tinham como princípio dotar a atividade policial de rotinas burocráticas e instrumentais científicas.

Em 1919, foi criado um departamento de estatística e identificação com a finalidade de proporcionar uma melhor escolha dos efetivos do esquadrão de cavalaria. Na década de 1920, parte desse esquadrão compunha um grupo de bombeiros, cuja finalidade era combater os incêndios principalmente na cidade de Natal.

A polícia, no Rio Grande do Norte e até mesmo no país, apesar de ser vista como o aparelho repressor do estado, e, em última instância a serviço das oligarquias no período, não parece que ter sido guiada por uma política deliberada para tornar sua função repressora eficiente, pelo contrário, a única política efetiva dos governantes nesse sentido foram as medidas de combate ao cangaço. No entanto, o cangaço nunca representou uma ameaça real às elites locais, pelo contrário algumas delas, conforme vimos anteriormente, tiravam proveito do próprio cangaço.

O que marcou a política da polícia no período foi um clima de altos e baixos, de ações intensivas de repressão seguida pela desmobilização e a diminuição do efetivo policial tão logo as situações críticas tenham passado. Esse quadro de irregularidade institucional era corroborado pelo fato de que a polícia do estado estava longe de ser uma tropa profissional, o que imperava era a grande rotatividade de seus membros, já que a entrada e a saída de seus integrantes eram constantes.

Essa situação só se apresentava diferente em relação à polícia política. De fato, ao longo da década de 1920, esse quadro policial cresceu significativamente, devido à preocupação do estado no combate de inimigos políticos internos e externos.

Tenentismo e polícia no Rio Grande do Norte

A década de 1920 também viu surgir um problema não só para as oligarquias regionais, mas para o Estado nacional, as oligarquias presenciaram o emergência de um novo movimento armado, cujas raízes estavam inicialmente no próprio aparelho do estado, mais especificamente no seio do Exército: o “movimento tenentista”

| ANOS | PREVISÃO (e limite máximo) |
|------|----------------------------|
| 1834 | 40 |
| 1836 | 70 |
| 1853 | 81 |
| 1870 | 130 |
| 1886 | 126 |
| 1900 | 277 |
| 1921 | 523 |
| 1927 | 893 |
| 1930 | 737 |
| 1940 | 1120 |

Tabela 01: Efetivo policial no Rio Grande do Norte⁷

Fonte:

(DANTAS. 2009, p...)

⁷ Tabela produzida a partir dados esparsos existente na cronologia, que contem os decretos leis que definem o efetivo policial a cada ano do período imperial até a republica ver: DANTAS, Ângelo Mario Azevedo. Cronologia da Policia Militar do Rio Grande do Norte: 175 anos de história 1834 -2009. Natal, RN Edição do Autor, 2010 432.p.

Nesse período, o Rio Grande do Norte viu crescer seu efetivo rapidamente. Ainda em 1921 a Polícia Militar contava com 427 homens mais 96 do esquadrão de cavalaria (desses 23 desempenhavam o papel de bombeiro) que totalizava 523 policiais (DANTAS, 2009, p.368). Esses números significam uma estimativa, pois nem sempre as corporações policiais dos estados completavam o efetivo especificado, isto por diversas razões como as relacionadas às questões orçamentárias, ou mesmo pelo próprio desinteresse da população para entrar para a o corporação devido aos baixos salários e as péssimas condições de trabalhos (BRETAS, 1997, p. 222).

Apesar dessas dificuldades, a década de 1920 presenciou no Rio Grande do Norte um crescimento no número de efetivo muito maior do que em décadas anteriores. Em 1930, esse número atingiu um contingente de quase mil homens.

As razões para o crescimento desse contingente podem estar relacionadas ao decreto estadual nº 190, de 1922. Pelo decreto foi aprovado um novo regulamento da corporação que dentre outras modificações mudou novamente o nome da corporação de Batalhão de Segurança Pública para Batalhão de Policia Militar. O decreto sacramentou o acordo celebrado entre os governos federal e estadual. Pelo acordo o Batalhão de Policia Militar tornou-se tropa auxiliar de primeira linha do Exército, também chamada de tropa regular ou paga, ou seja, tropa de pronto emprego.

Juridicamente, essa tropa passou a ser regida pelo Código Penal da Armada, conforme havia sido ampliado pelo decreto federal nº 612, de 29 de dezembro de 1899 (DANTAS, 2009, p. 399). Assim, o pessoal desta força policial passou a ser julgado e punido por crimes militares conforme eram tipificados no código.

A nova lei surgia dentro de uma conjuntura marcada pela intranquilidade política no país. Foi também no ano de 1922, que os tenentes se insurgiram contra o governo constituído, numa revolta armada que ficou conhecida como o Levante do Forte de Copacabana. A insurreição durou apenas um dia, no entanto marcou toda a história da Primeira Republica.

Foi frente a esse clima de intranquilidade, que o recém-empossado Presidente da República Artur Bernardes concebeu tal “acordo”. Por meio da nova legislação foi

sacramentada a política de envio de tropas dos estados para a contenção de conflitos em qualquer região do país. A legislação permitia, principalmente, que fosse estabelecido um controle sobre as tropas policiais militares, no momento em que essas passavam a ser regulamentadas pela lei federal. Assim, mesmo as tropas policiais sendo pagas pelo governo estadual, elas passaram a fazer parte da força militar auxiliar de primeira linha do Exército, estando, deste modo, subordinadas ao controle do governo federal. A nova legislação permitia que a polícia militar do Rio Grande do Norte, e dos demais estados da federação, fosse mobilizada não apenas para realizar ações no próprio estado, mas em qualquer outro, quando solicitada.

A década de 1920, como falamos, foi um período conturbado no país com diversas agitações nacionais e também estadual. Em 1925, em decorrência do avanço da Coluna Prestes no estado do Maranhão, Presidente Artur Bernardes autorizou o envio de tropas para aquele estado para combater o movimento insurgente. No Rio Grande do Norte, o Presidente do Estado, José Augusto, autorizou, no dia 14 de dezembro de 1925, o envio de uma companhia da Polícia Militar com um efetivo de cem homens, para reforçar o combate a Coluna Prestes que vinha do Maranhão. A operação resultou na prisão de Juarez Távora, um dos líderes da Coluna. Os militares potiguares só regressariam a Natal no dia 25 de fevereiro de 1926, após dois meses de combates no Maranhão (WANDERLEY. p. 61-64).

Em 1926, as agitações nacionais com o movimento da Coluna Prestes, também tiveram sua repercussão no Rio Grande do Norte na passagem desses revoltosos pelos municípios potiguares de São Miguel e Luiz Gomes. Os insurgentes vindos do Ceará penetraram no Rio Grande do Norte, por onde passavam causaram prejuízos econômicos à região com saques e pilhagens.

Sob a orientação do deputado Juvenal Lamartine, o general João Gomes previamente fez um pedido de recursos para combater os insurgentes. Também foram organizadas forças locais com elementos populares para combater os revoltosos (MARIZ, 1981, p. 34). Neste mesmo ano, o governo estadual realizou o empréstimo no valor de cem contos de reis para a organização da defesa do estado contra a invasão dos revoltosos liderados por Luiz Carlos Prestes (DANTAS, 2009, p. 95). Dada à importância e a excepcionalidade que o evento provocou em todo o país, houve uma rápida mobilização para que em tempo fosse feitos os preparativos, como a captação de

recursos para a equiparação da tropa com armamento e munições, a fim de conter as forças da Coluna no estado.

As primeiras tropas que estavam fortemente armadas e seguiram em diligência a Mossoró com um efetivo inicial de 30 policiais militares sob o comando do segundo tenente João Ribeiro Machado. Entre os armamentos e munições enviadas para os locais de combate estavam 104 fuzis Mauser e 18 mil cartuchos para mesma arma. O material bélico e a tropa foram transportados por um rebocador até a cidade de Areia Branca e seguiram adentrando o estado pelos municípios de São Miguel e Luiz Gomes. O combate da Coluna no Rio Grande do Norte conteve a presença dos insurgentes no estado, afastando-os para Pernambuco e de lá para Bahia (MARIZ, 1981, p. 50).

O crescimento da força policial também esteve ligado à atitude de perseguição a adversários políticos. O governo de José Augusto foi marcado por perseguições políticas de opositores e pelo uso político da força policial na contenção de greves e na repressão a lideranças sindicais. As oligarquias utilizaram todas as suas forças para se manter no poder, e fizeram uso da força policial politizando o trabalho policial, e a década de 1920 viu o crescimento cada vez o uso policial para manutenção da política oligárquica, não só contendo as greves mais principalmente combatendo os líderes da oposição que no estado o principal líder era Café Filho, e esta perseguição ocorreu principalmente no governo de José Augusto e Juvenal Lamartine.

Café Filho representa literalmente a oposição mais ferrenha contra os grupos oligárquicos. Em 1923 disputou, sem êxito, uma cadeira de vereador em Natal e logo percebeu que o sistema eleitoral fraudulento somente garantia a reprodução do domínio oligárquico. Assim, ele decidiu “seguir rumos mais violentos” participando de greves e de manifestações de trabalhadores na capital do estado.

Foi nesse contexto, que ele passou a se destacar na defesa do movimento de pescadores do bairro das Rocas, que eram vítimas de uma dura repressão policial. Devido ao destaque de sua atuação em favor dos estivadores e da liderança de uma greve vitoriosa, Café Filho passou a ser mais uma vez perseguido pelas forças policiais estaduais. No entanto, ele conseguiu escapar do cerco policial a sua residência e fugir para a cidade de Bezerros, no estado de Pernambuco (ABREU, 2010, p. 01).

Ano depois, ao retornar a Natal, Café Filho recebeu a notícia de que fora condenado a três meses de prisão. Apresentou-se às autoridades e cumpriu sua pena no Esquadrão de Cavalaria da Força Pública do Rio Grande do Norte. Quando recuperou a liberdade, recebeu uma grande manifestação de solidariedade, dissolvida pela polícia (MARIZ, 1981, p. 50).

Assim como, no governo de José Augusto, a administração de Juvenal Lamartine demonstrou a sua tendência ao autoritarismo e a forte repressão à oposição. Para isso, faz uso da polícia estadual para espancar e expulsar do estado os indesejáveis do seu governo, ou opositores mais radicais.

A forte oposição de Café Filho ao sucessor de José Augusto, o governador Juvenal Lamartine, motivou novas perseguições a ele. Em 1928, sua casa foi novamente cercada, e os sindicatos em que trabalhava foram depredados. Mais uma vez ele foi forçado a sair do estado e fugiu para o Recife. No início do ano seguinte, ele transferiu-se para o Rio de Janeiro, tornando-se redator do jornal *A Manhã*, dirigido por Agripino Nazaré. Em agosto desse ano, formou-se a Aliança Liberal, coligação oposicionista de âmbito nacional apoiada pelos governos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba e por grande parte da jovem oficialidade do Exército. Café Filho iria disputar eleições de 1930, mas foi impedido de regressar ao Rio Grande do Norte, o que fez ele permanecer atuando na política na Paraíba (ABREU, 2010, p. 3)

O ano de 1929 foi marcado pela da crescente crise política, com a emergência de uma crise econômica. Além, da crise da bolsa americana, o período também presenciou o déficit da receita orçamentaria do estado e a forte desvalorização dos produtos agrícolas do estado (principalmente algodão). Juntamente com as convulsões políticas, a crise econômica contribuiu para a e eclosão do processo revolucionário tanto no Rio Grande do Norte como em todo o país (MARIZ, 1981, p-52).

Capítulo 03.

O cotidiano da atividade policial militar no Período Revolucionário de 1930.

A organização institucional da policia no período de 30

Um ponto que devemos ressaltar antes de caracterizar a polícia militar do estado do Rio Grande do Norte e outras políticas de segurança pública é a distância do projeto seja ele qualquer e a sua implementação de fato, no entanto alguns projetos de leis e reformas institucionais criadas pelos governantes da época se refletem no cotidiano e na alteração da atividade policial.

Entendemos aqui que os governos da década anterior a Revolução 1930 tinham um projeto reformista e enxergavam a necessidade de alterar e melhorar o aparato de segurança pública mais isto esbarrava nas dificuldades econômicas corrupção existente no estado que foram agravadas com a crise de 1929, no entanto mesmo com a crise o governo *Com a justificativa de combater os cangaceiros o Governador Juvenal Lamartine destinou grande parcela do orçamento estadual a força policial e essa força não era utilizada somente contra os cangaceiros, mas os elementos da oposição de modo geral. (MARLENE MARIZ 1982 p, 50)*

E um exemplo desta política pode ser este decreto expedido em quatro (04) de fevereiro de 1930 pelo decreto de nº469, no qual são estabelecidas novas alterações bastantes significativas na corporação fixando o seu efetivo para o ano de 1930 em 37 oficiais e 700 praças, e Mudando novamente o nome de Batalhão Policial Militar para Regimento policial Militar cria a classe de aspirante a oficial extinguiu as classes de 2º

tenente em comissão e de Aspençada, E estabelece que não haverá posto superior ao de major na corporação.

Cria os cargos de tesoureiro, almoxarife e aprovisionador também foi criado um conselho de administração. Todos sob a chefia de um oficial reativou novamente o cargo de capitão medico, e cria os cargos de 1º tenente farmacêutico 2º tenente dentista 2º tenente veterinário e o 2º tenente regente responsável por alfabetizar as praças da corporação da recém-criada escola regimental e a biblioteca e estabeleceu um novo regulamento disciplinar para a corporação. (DANTAS. 2009, P, 137) O governo de Já tinha implementado a Justiça Criminal Militar própria no estado que voltou a ter autonomia perante o governo federal.

Este decreto governamental alterou de forma significativa dando mais estrutura para o funcionamento mínimo da corporação, e alguns destes cargos técnicos com exceção do capitão médico eram serviços terceirizados contratados pela Polícia Militar, e mesmo o serviço medico foi desativado reativado em tempos anteriores. Esta estrutura criada foi implementada de fato, constatamos isto através da documentação produzidas por essas instancias auxiliares do estado Maior do Regimento essas mudanças implementadas seguem parte de uma nova mentalidade organizacional estritamente militar.

E neste decreto que criou cargos na corporação por que A denominação Batalhão Policial Militar, foi alterada, Podemos supor que batalhão da uma ideia de uma quantidade limitada de homens, (de duzentos a mil homens) já regimento seria um conjunto de batalhões que denota evolução de uma organização maior e em crescimento, e esta discussão parece ser um questionamento de meras nomenclaturas militares, e não deixa de ser, porem é preciso questionar por que foram mudadas tantas vezes o nome da corporação ao longo do tempo?

Primeiramente observamos que quase todos os nomes que a corporação teve, seguiu esta relação, com sua atividade de policia e a quantidade de militares que a executa, corpo policial do RN primeiro nome Companhia de Polícia em 1850, Meia Companhia de polícia em 1861 (quando o efetivo foi reduzido pela metade) corpo Militar de segurança em 1892, Batalhão de Segurança em 1894 Batalhão da Polícia Militar em 1923, Regimento Policial Militar em 1930 e Força Pública Militar após a revolução de 1930 e nome atual Polícia Militar criado em 1947.

Isso por que não acreditamos que estas mudanças de nomes demonstre uma evolução linear da corporação através de uma constante melhora, e sim estratégias política deliberadas de governantes que quiseram impor sua marca ou seja políticas de governo que muitas não prevaleceram e outras prevaleceram, até chegar outro governante e mudar novamente o nome da corporação e algumas de suas estruturas, mais é preciso entender que estratégias políticas são sempre uma via de mão dupla é preciso sempre agradar algum grupo, e no nosso caso específico o governo de Juvenal Lamartine agradou a elite da corporação (os oficiais) criando diversos cargos técnicos que contemplava esta elite.

O efetivo operacional da corporação era composto e organizado da seguinte forma: 1ª, 2ª, e 3ª Companhias de Infantaria, companhia escola, Esquadrão de Cavalaria, Escola de Musica e a Companhia Motorizada Mista⁸ estas unidade militares eram Baseadas na capital no antigo Quartel da Salgadeira atual escola do estudante. As unidades do interior seguiam uma distribuição mais modestas mais seguiam a logica de distribuição espacial totalmente militar as cidades menores possuíam um destacamento ou um pelotão e as cidades maiores uma companhia Regional, até na atualidade se segue esta logica de distribuição espacial dos efetivos.

Outra características da organização diz respeito à distribuição do efetivo diário, existia o oficial responsável e seu ajudante, para serviço do quartel de dia. Havia os responsável pela guarda do Quartel e da detenção geralmente um Sargento com sua equipe, o efetivo de serviços administrativo era bem modesto e estes serviços seguiam a doutrina da caserna como: ordem à casa de ordem que exercido por um cabo ou sargento que deveria ter perfeito conhecimento dos regulamentos, instruções, avisos e ordens gerais do comando da policia, relativos à vida do corpo, para que possa transmitir as informações dos superiores dos boletins internos etc.; secretaria, telefonista e o corneteiro, sendo que o cargo de telefonista havia sido introduzido há pouco tempo existia uma enfermaria e um dormitório o rancho para as praça e o cassino para os oficiais.

A organização do serviço de patrulha da cidade do Natal era uns dos poucos elementos que não seguiam a risca uma racionalidade militar, seguindo um caráter policial a cidade era divida em três distritos policiais para o patrulhamento e que eram

⁸ BOLETIM REGIMENTAL Nº 185 FOLHA ,595 DE 26 DE AGOSTO DE 1930

também circunscrição policial, o patrulhamento nestas áreas era feita principalmente pelo Esquadrão de Cavalaria (que ainda exercia o serviço de bombeiro) mais existia o serviço de guarda a pé feito pelas companhias de infantaria com patrulhas de quatro a cinco homens.

Esta formatação da instituição da policia Militar era voltada totalmente para questões regionais, que buscava autonomia perante o governo federal, o governo buscava manter a regularidade institucional, abalada pela crise econômica e instabilidade política provocada pelo movimento tenentista na década anterior, e aos pouco tentava impor a mesma receita politica porem agora com uma capacidade maior de efetivar as reformas pretendidas.

Diferentemente de quando eclodiu a Revolução, a corporação desde o inicio ficou vinculada as forças revolucionarias do Norte do País. E mesmo depois que se arrefeceram os ânimos da Revolução, a centralização politica no Rio Grande do Norte seguiu forte.

O cotidiano da policia militar do Rio Grande do Norte

Analisaremos como era o cotidiano partindo das informações mais recorrentes nas fontes utilizadas como utilizamos somente fontes institucionais para estudar este aspecto será uma abordagem metodológica que trabalha com a documentação produzida pela própria instituição, portanto uma visão parcial, dizemos isto para afirmar não estamos fazendo uma analise de discurso da instituição policial militar norte-riograndense.

Inicialmente buscamos fazer um levantamento analítico dos dados de boletins regimentais do um período bastante longo de 1930 a 1945, e felizmente atentamos que este seria um trabalho de folego, e que levaria bastante tempo para tal realização, e por isso reduzimos nosso recorte temporal no qual trabalhamos com um período bastante reduzido se formos comparar a proposta inicial.

O período escolhido não foi aleatório, pois acreditamos que a eclosão da Revolução 1930, fundou uma nova forma ser da atividade policial não só no Rio Grande do Norte mais em todo Brasil, de uma sociedade e um estado policiado, passamos para um estado policial. (CANCELLI. 1993 p, 05) então decidimos focar neste período inicial da ação revolucionaria e sua repercussão na policia do Rio Grande do Norte.

Os dados coletados nos boletins de regimento interno nos oferece um panorama que o grosso dos integrantes da policia na época, As praças, eram recrutado serviam ou prestavam serviço por no mínimo dois anos que podia ser renovado ou não. Na sua maioria eram sem qualificação profissional ou “sem oficio” com descreve os documentos da época a maioria analfabeta ou com pouca instrução eram advindos do interior do estado e também de outros estados da federação.

As atas que registram a inclusão do civil fazem uma descrição detalhada da aparência física dos voluntários e diversos outros dados, como podemos observar na inclusão de Eloy de Souza da Silva, *“alistou-se neste regimento para servir por dois anos o referido civil, natural da cidade de Currais Novos, deste estado nasceu em 10 de dezembro de 1910, solteiro, sem oficio, analfabeto, cor morena, cabelos pretos estirados, olhos castanhos, nariz e boca regular, rosto redondo, barba e bigodes raspados, sem sinais particulares e com 1 metro e 64 centímetros.”*

O uso deste sistema de identificação dos integrantes desta corporação quer sejam praças ou oficiais é o sistema Bertillon, é importante frisar que as medições e exames de aferição antropométrica é o mesma utilizada para a classificação dos criminosos, a identificação dos indivíduos pelo estado se tornou uma situação tão corriqueira, um fato que já estava naturalizado no cotidiano da sociedade em geral, quanto à identificação para o ingresso nas corporações militares, diferentemente de

quando foi implementado nas primeiras décadas do século XX. (CANCELLI. 2001 p, 62)

A identificação do recruta seguiu a risca esta metodologia, constou o estado civil; um exame descrito abrangente; as notas cromáticas; a descrição de particularidade individual, (quando houver) como tatuagens cicatrizes; as impressões digitais isoladas dos dez dedos e a fotografia de face e perfil reduzida a 1/7. Todos os alistamentos encontrados nos boletins Regimentais seguiam este padrão de identificação, pratica de um projeto com objetivos consciente que a pratica cotidiana tratou de naturalizar.

O contingente policial militar neste período não tinha um caráter profissional isso no que diz respeito ao grosso da corporação, e fatores que contribuíam para esta continuidade eram as deserções a entrada e saída de novos recrutas eram corriqueiros, de modo que a renovação do efetivo era sempre constante e esta dinâmica era normal em outros períodos, esta movimentação foi constante no efetivo de baixa patente, como em outros períodos aqui analisados como na década de 1920, e que dirá que no Rio Grande do Norte esta dinâmica não vem desde o período imperial (BRETA 1997 p-), pois esta tradição de um recrutamento “voluntário” das forças policiais por dois anos aliada a baixos salários e péssimas condições de trabalho nem sempre foi um atrativo para se seguir carreira na policia.

O analfabetismo era generalizado entre os militares de baixa patente mais isto nunca foi um problema para o recrutamento, mais a corporação tinha uma politica não sabemos se eficaz, para as praças que quiserem se alfabetizar não a como saber também o interesse dos soldados policiais em querer aprender ler, dos documentos analisados de junho a Dezembro apenas dois sabiam ler e eles eram oriundos do exercito. E um determinação posterior do ano de 1 de fevereiro de 1933 determinou que não seria mais permitido incorporar praças nesta corporação, civis que não saibam ler e escrever situação muito distante de se concretizar fato que ainda na década de 1970 ainda se verificava muitos analfabetos na corporação tendo o comandante de um policiamento especializado desta época tida muita dificuldade em formar equipes técnicas e com característica de uma formação profissional. (ELOI. 2008, p, 30)

E o simples fato de saber ler naquele período já dava alguma vantagem em relação aos seus pares, isso no diz ao respeito a ato da inclusão já entraria como cabo. Este simples fato de inclusão, promoção, ser incluído como soldado ou cabo reforça o caráter não profissional da atividade policial no Rio Grande do Norte, por que só saber ler não significava muita coisa neste momento histórico da corporação verificamos que isto só dificultava a transmissão das informações superiores aos comandados, impondo neste período a transmissão informações de forma oral, na formatura diária que eram feita no final do dia, e quem faltasse as tais formaturas eram punidos severamente.

Afirmamos aqui que saber ler não contribuiria muito para uma pretensa Ascensão, pois o que realmente contava era ter contatos políticos e ter um ofício, e saber ler, só ajudaria se o policial tivesse boas relações com políticos, (BRETAS. 1997, p,) em outras palavras o bom e velho clientelismo, e o “tipo perfeito” que encontramos poderia ser o civil recrutado *Cicero da Silva Gama solteiro Chauffeur, lé e escreve cor parda cabelos pretos e crespos [...] ⁹* só nos resta saber se o mesmo possuía bons contatos políticos. Infelizmente não identificamos que ele passou a ser motorista.

E quem se tornou motorista do secretario Geral do estado foi o soldado da Companhia Escolar Zoroastro Cipriano, nenhuma transferência para Cicero da Silva foi identificada, e nesta busca identificamos que diversos soldados da policia eram transferidos e eram considerados empregados do Serviço de Fiscalização de Veículos que hoje seria atualmente guardando as devidas proporções o moderno Departamento de transito o (DETRAN).

Verificamos mais uma vez como em décadas anteriores a tentativa da instituição de impor uma “moral policial militar” que deveria ser seguida e o comando da corporação faz esta recomendação em tom de ameaça *“Tendo chegado ao meu conhecimento deste comando que praças deste regimento tem andado em companhia de vida suspeita, que ofendem a moral em ruas e praças desta cidade recomendo que se abstenham de praticar esses atos sob pena de serem punido com maior severidade” ¹⁰* e os praças realmente podia ser punidos se forem pegos *“praticando esse atos”* com as mulheres de “vida suspeita”, não verificamos nenhuma punição deste tipo mais isso logicamente tenha mudado suas praticas e que os policiais tenha mudado seu

⁹ BOLETIM REGIMENTAL Nº 186 DE AGOSTO DE 1930 FOLHA Nº 596

¹⁰ BOLETIM REGIMENTAL Nº 163 DE 30 DE JULHO DE 1930 FOLHA Nº 539.

comportamento, é mais provável que as praças passaram a ter mais cautela para não serem punidos.

E uma punição e uma expulsão encontrada parecida com a recomendação feita pelo comando da corporação demonstra o rigor e o repúdio por que não dizer o preconceito da época, que considera inaceitáveis “práticas imorais” *Rebaixo definitivamente do posto o cabo Radio-telegrafista do Estado Menor João Batista Carvalho de Araújo, por ter sido encontrado ontem à noite na pratica de pederastia activa com o soldado da Companhia Escolar Antônio Cypriano da Silva.*¹¹ O cabo João Batista foi rebaixado mais permaneceu na corporação o soldado Antônio Cipriano foi expulso da corporação “por incapacidade moral” o motivo alegado que ele expulso é explícito e demonstra todo um conjunto de valores pertencentes não só da corporação mais da sociedade em geral da época.

Verificamos também que a forma de pagamentos das praças era feita de forma bastante peculiar, na capital era mais fácil de efetuarem os pagamentos e mesmo na capital os pagamentos eram feito em dinheiro vivo, e organizado pela tesouraria da mesma de forma que todo o controle era feito pelo oficiais e sargentos.

E no interior o responsável pelo destacamento vinha a capital recebia o dinheiro e distribuía as seus subordinados, este eram as “etapas” do processo de pagamento do soldo, e cidades maiores como em Caicó onde existia mesa de arrecadação fiscal estadual o pagamento era feito por aquela localidade mais sempre remetido a comprovação do pagamento, esse sistema de pagamento percebe-se ser bastante suscetível a fraudes, mais não verificamos nenhum processo administrativo que demonstrasse tal desvio de pagamento, aparentemente, a forma de pagamento funcionava sem irregularidades.

Outra característica analisada e que as fontes nos trazem diz respeito ao fardamento usado diariamente pela corporação, do fardamento da oficialidade não a muitos detalhes na documentação sobre qual era o fardamento de uso diário, encontramos somente informações dos uniformes de gala, pois ao longo do século XX.

Estes uniformes para uso mais social (eventos públicos, festas etc.) foram mudando constantemente, não de forma aleatória mais seguindo regulamentos internos

¹¹ BOLETIM REGIMENTAL Nº 28 DE JULHO DE 1930 FOLHAS Nº 533, 534, 535.

da corporação era totalmente diferenciado das praças veiculando um status de distinção, trazendo alguns resquícios herança ainda do período imperial.

E o fardamento do grosso da tropa para uso cotidiano era o distintivo policial, cinturão tipo intendência, botinas, capote, cuecas, camisas interna, gandola e calças tipo brim¹² (tecido grosso).

O fardamento como vimos era o vestuário completo que era distribuído pela corporação aos seus soldados, mais não doado e tendo que ser devolvido após os dois anos de serviço policial militar ou quando o militar tiver tido baixa ou excluído, pois a não devolução era um motivo de bastante punição entre os policiais, pois os policiais frequentemente “roubavam” vendiam ou os soldados fugiam com algumas peças, fato muitas vezes ocorrido quando o soldado policial desertavam

E havia um rígido controle sobre estes vestuários, e a corporação não abria mão de nenhum destes materiais punindo quem extraviasse ou sumisse com alguma das peças do fardamento policial. O que mais “desaparecia” era o capote peça que mais aparece nos registros como extraviado, a deserção estava bastante associado a esta pratica, pois a praça que como observamos neste procedimento aberto contra o soldado José Adelino,

“o soldado desta sub-unidade José Adelino da Silva, filho de Adelino Selestino da Silva nascido em 1906, natural de Caiçara Parayba do Norte, praça de 1 de Dezembro de 1928, completou hontem os dias que a lei marca para que se confirme o crime de deserção [oito dias] o referido soldado ausentou-se depois da revista do recolher do dia 30 de junho passando a conduzir todo o fardamento que recebera inclusive capote talabarte e cassetete conforme se vê no inventario a que procedi na forma da lei vinte quatro horas depois de sua ausência [...].

BOLETIM REGIMENTAL 08 JULHO DE 1930 FOLHA 492

¹² BOLETIM REGIMENTAL Nº 147 , FOLHA 497;

O desertor que for apanhado nas malhas do serviço policial, forçados por contrato a servir por períodos de engajamento de dois anos, e que por razões diversas começava uma luta para escapar, seja de forma oficial, através de uma dispensa ou substituição, seja informalmente, através da deserção, (BRETAS. 1998 p, 16), todavia as deserções terminavam só por prolongar a estada, contra a vontade dos desertores como este outro caso encontrado na documentação “*Seja reincluído no estado efetivo deste regimento por haverem sido recapturado os soldados da Companhia escolar Manoel Roberto da Silva e Ozorio Rodrigo dos Santos, ambos os desertores desta corporação arrancham*”, Verificamos que as deserções na corporação militar potiguar tinha uma característica a mais, a de supormos que o soldado policial que desejava desertar não iria devolver no quartel o material para depois fugir, por isso, fugia ele com “seu material”.

Estas colocações apresentados nos levaram a um questionamento seria o Regimento de Policia Militar uma instituição Total? Primeiramente vamos conceituar o que seria uma Instituição Total Para Erving Goffman são as instituições que exibem alto grau de fechamento e que produzem um modo de vida paralelo ao da sociedade mais ampla.

Esse fechamento diz respeito ao caráter totalizador que se expressa em barreiras que cerceiam as livres relações de quem está dentro com quem está fora dessas instituições. Essas barreiras e proibições incluem o aspecto físico, como é o caso das prisões, dos campos de concentração, dos conventos e dos quartéis.

Goffman sustenta que essas práticas institucionais influi sobre a consciência individual. Baseados nas informações obtidas através da documentação e nos preceitos de Erving Goffman acreditamos que a instituição militar tem uma tendência a impor este caráter totalizador de controlar todos os aspectos da vida de seus integrantes porem não conseguem em sua plenitude.

E o maior exemplo são as punições as fugas os comportamentos desviantes que vão minado diariamente a aura totalizadora da instituição, pois acreditamos se esta conseguisse impor o caráter preconizado pela Sociologia de Goffman ela não se alteraria ao longo do tempo, sabemos que as mudanças aqui apresentadas até agora na

instituição foram poucas, mais por que a corporação não mudou tanto por que ela não quis (os integrantes da corporação) ou foram demanda externas da sociedade que impuseram para a própria instituição? Esse nosso questionamento retoma novamente a incapacidade de impor uma ordem Pública, em determinado período histórico, e se agigantar aumentado seu poder e impor uma ordem repressiva a determinado grupos sociais, porem fez isto apoiada pelo restante da sociedade. Por isso acreditamos que não há essa dicotomia a policia e sociedade, ela faz parte da sociedade, por mais que as instituições possam parecer fechada a sempre entradas e saída nelas.

A revolução

Os principais fatores da eclosão do movimento a nível Nacional foram a politica econômica do governo federal com a politica de defesa e valorização do café com seus enormes custos sociais as crises de superprodução do café com queda de preços no mercado internacional

A crescente insatisfação das oligarquias regionais que estavam fora do jogo político nacional com esta politica O que é imperativo ressaltar aqui é o rearranjo de forças da tropas do exercito e das milícias estaduais acreditamos também foi um elemento que desestabilizou a Primeira Republica E principalmente a importância das lideranças do tenentismo que não tinha desistido de seu intento revolucionário.

Neste relato que iremos apresentar procuramos discutir três problema suscitado que dizem respeito ao nosso tema principal Existiam conspiradores dentro da Policia Militar e conseguinte no Rio Grande do Norte em favor da Revolução? Quais benefícios os integrantes tiveram lutando pela causa revolucionaria? E quais alterações ocorreram da corporação no seu cotidiano e na sua organização interna?

E inicialmente é importante frisar aqui guardando as devidas proporções que nem as tropas legalista do próprio distrito federal resistiram ao confronto e a invasão

das forças revolucionárias lideradas por Getúlio como o pequenino Rio Grande do Norte iria resistir com tropas vindo dos estados de Pernambuco e Paraíba? Antes de ser uma estratégia militar ela foi uma decisão política que ocorreu passível de diversos juízos de valores dos integrantes da corporação sendo ela legalista ou não.

Retomamos esta discussão, pois ela é recorrente nos estudo do período no estado do Rio Grande do Norte como mostra esta citação da pesquisador Marlene Mariz.

“a ausência de conspirações é ainda justificada se forem observada as características locais: a economia estadual em crise e subjugada ao governo central, à oligarquia unificada sob um governo autoritário, com sua classe dominante integrada ao poder central, através de acordos e trocas de favores; um estado, sobretudo agrário, com uma população predominantemente rural e dependente de proprietários de terra; uma classe media incipiente e quantitativamente inexpressiva.”

(MARLENE MARIZ. 1982 p -60)

As fontes analisadas de forma indireta exprimem certa tendência nas ideias individuais do comandante da tropa Antônio Fernandes Dantas e em algumas de suas ações em véspera da entradas das tropas revolucionaria no estado para depor o governo, porem pelas fontes utilizadas demonstram que a instituição foi até o ultimo dia foi totalmente legalista e depois já no dia seguinte dia seis se mostrou revolucionaria.

A única grande instabilidade no primeiro semestre de 1930 foi à eleição de 1930 num comício de uma caravana aliancista chefiada por Batista Luzardo, no comício em meio à multidão foi iniciado um tumulto que resultou tiros pânico e correria houve feridos e dois mortos como consequência, que entres os feridos estava um irmão do presidente Juvenal Lamartine que segundo a policia foi um fato isolado pé, (MARLENE MARIZ. 1982, p, 52) de concreto neste acontecimento foi só o uso político deste acontecimento por ambos os lados através de trocas de acusações, as eleições foram realizada e o bloco governista saiu vitorioso mais uma vez.

E após o pleito o Rio Grande do Norte permanecia calmo à margem das agitações nacionais e das conspirações revolucionárias Juvenal Lamartine viajou ao Rio de Janeiro em busca do apoio prometido pelo governo federal, e em meio à agitação política o governante levava administração do estado com tal confiança quanto ao restabelecimento da situação tradicional, tal a integração do estado ao sistema político nacional gozando de total apoio do governo federal. (MARLENE MARIZ. 1982, p,52)

E o Rio Grande do Norte em sua formatação provinciana parecia está totalmente alheio às conspirações, e preparação dos líderes da Revolução e isto diz respeito também à corporação aqui analisada um fato que comprova esta nossa afirmação e a “convocação convite” dos oficiais militares para assistirem um evento político.

“Tendo este comando recebido convite do EXMº. Sr. Dr Presidente do estado para com os oficiais deste Regimento para assistir a instalação dos trabalhos da 1ª Sessão da 14ª legislatura Estadual, determino que todos os oficiais que servem neste regimento estejam amanhã às 13 horas no edifício daquela casa de congresso fardados de Branco e armados do a fim de assistirem a referida solenidade devendo depois comparecer ao Palacio da presidência na Praça 7 de setembro para cumprimentarem o EXMº. Sr. Dr Juvenal Lamartine de Farias Presidente do Estado do Rio Grande do Norte”.

*BOLETIM REGIMENTAL Nº 216 DE 30 DE SETEMBRO DE
1930 FOLHA, 692.*

As “vésperas da Revolução”. O Estado está aparentemente alheio à conjuntura de crise e crise que a regia estava.

Totalmente diferente de sua vizinha Paraíba, que com a morte de João Pessoa no final de julho de 1930, e com conflito de Princesa no interior fervilhava de instabilidade política.

A eclosão do movimento estava programada para ocorrer simultaneamente no 21º BC, em Recife, no 22º BC e na Polícia Militar destacada na Paraíba, no 23º BC, em Fortaleza, no 29º BC em Natal, no 25º BC em Teresina, no 24º BC em São Luís e no 26º BC em Belém, além de companhias de Fuzileiros na Paraíba e de contingentes de praças do Colégio Militar de Fortaleza. (ABREU, 2010, p, 19)

O levante incluía ainda a cooperação de civis e, onde fosse possível, a ajuda de elementos da política local. No Rio Grande do Norte não identificamos através das fontes utilizadas de forma concreta que membros da corporação estivessem cientes da conspiração, mais se conspiraram ou não, de fato é que posteriormente contribuíram e muito para o sucesso da campanha militar revolucionária no Rio Grande do Norte, e no Norte e Nordeste.

Um fator que alterou significativamente o cotidiano da corporação chegada das tropas em Natal no dia 5 de Outubro de 1930. Foi à quantidade de efetivo arranchando no dia (05) cinco foi de 303, dia (06) também 303 praças,¹³ um fato intrigante por sinal neste primeiro boletim e que ele foi redigido dia 04 de outubro até ai tudo normal, pois verificamos que boletins de outros dias eram feitos em dias anteriores principalmente em finais de semana.

E retomando o raciocínio anterior o que nos intrigou foi uma grande quantidade de praças arranchados, pois “está arranchado” no linguajar militar sem está de serviço normal significa esta sendo convocado e está no aguardo de determinações superiores, e também o efetivo normal de quem estava de serviço nestes dias não passou de 111 homens e o Tenente Coronel Antônio Fernandes Dantas ainda era o comandante da corporação e até este momento totalmente legalista. E seguindo esta mesma dinâmica no dia sete de outubro seria de 422 praça¹⁴ porem neste dia o comando da corporação já havia mudado em decorrência dos acontecimento do dia (05) cinco sendo o Major Luiz Júlio comandante da policia.

E este ordenou também alistamento de reservistas que foram excluídos, por terem cumprido o seu serviço militar, e que estavam sendo convocados para esta nova empreitada revolucionaria.

Atentamos que não foi encontrado registro de nenhum confronto a policia Militar potiguar e as tropas liderada por Juarez Távora. Pelo contrario houve rápida adesão e antigo Regimento Policial Militar que se passou a se chamar durante o período revolucionário comando Destacado das Forças Revolucionarias do Norte do País, houve sucessiva mudanças no comando da corporação (possivelmente disputas internas de poder).

¹³ BOLETIM REGIMENTAL Nº 219. FOLHA Nº 596 DE 4 DE OUTUBRO DE 1930

¹⁴ BOLETIM REGIMENTAL Nº 220. FOLHA Nº 596 DE 6 DE OUTUBRO DE 1930

E, todavia já em dezembro a situação já estava tranquilizada dentro da instituição, mais a policia continuava sob comando direto do General Juarez Távora, era assim que as fontes descrevem o comandante da Forças Revolucionaria do Norte, que determinava de Recife via telegrama ordens desde do andamento mínimo do cotidiano da corporação como promoções, pagamentos de soldos a tropa etc. e principalmente o movimento militar da tropa, o uso do telegrama como meio de comunicação foi um elemento de extrema importância tanto para a coordenação previa a conspiração em todos os estados do Norte como após, facilitando a transmissão de ordens dos comandantes no extenso território do Brasil.

Outro elemento que também foi utilizado foi à escassa malha ferroviária, afirmamos isto por que a única movimentação da policia que encontramos que pode ser considerado uma “resistência” foi a do Capitão Glicério de Oliveira, liderando oito soldados por ordem do comandante da força policial a fim de inutilizar a linha férrea da Great Western (DANTAS 2009 p, 216) que foi utilizada pela as tropas revolucionaria para um deslocamento mais rápido, para própria incursão no Rio Grande do norte foi utilizada este meio.

O efeito surpresa foi uma característica decisiva para o sucesso de a empresa militar no Norte, pois o já experiente Militar “vice Rei do Norte”, que retardou até a antevéspera a comunicação da data fixada às chefias de cada guarnição nos diversos estados a conspiração foi bastante arquitetada e organizada. (ABREU, 2010, p, 21)

Juarez Távora decidiu seguir para Recife, uma vez que a mobilização das forças rebeldes no 21º BC mostrava-se precária. Assim, às primeiras horas da noite do dia 3 partiu para a capital pernambucana, e dias depois estabeleceu ali o quartel-general revolucionário do Norte. Dois dias depois.

E Já no dia 9, com os governos revolucionários já constituídos nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão, tendo como Juarez Távora, como chefe militar da revolução no Norte, faltando organizar a conquista e ou derrubada dos outros governos da região. O reagrupamento das forças revolucionárias do Norte foi efetuado mediante a organização de três unidades: a Brigada Leste, sob o comando de Juraci Magalhães, que deveria ocupar Maceió e Aracaju e invadir o nordeste da Bahia; a Brigada Nordeste, comandada por Jurandir Mamede, que ocuparia Petrolina (PE) e Juazeiro (BA), e a Brigada Norte, que se

deslocaria pelo eixo Fortaleza-Teresina-São Luís e depois ingressaria em território paraense para ocupar Belém. (ABREU, 2010, p21)

No Rio Grande do Norte, Irineu Joffily foi empossado Por Juarez Távora quando em visita a Nata em 12 de outubro, em substituição ao presidente deposto, Juvenal Lamartine que na noite de cinco de outubro abandonou Natal se exilando em Paris.

E algumas medidas dizem respeito à justiça militar e a organização policial militar que Irineu Joffily tomou no pequeno período que ficou a frente da interventoria, foi que Interventor “¹⁵ Federal revogou o decreto que tinha organizada a justiça militar no estado pelo modo seguinte determinando que todos os processos de oficiais e praças do Regimento Policial Militar.

Por crimes cometidos antes do decreto ora revogado ou na vigência dele, foram mandados para a justiça comuns, assim como processos pendentes também passaram a justiça comum. E se estiverem em grau de recurso determinou no decreto que fossem julgados pelo Superior Tribunal de Justiça. No artigo quatro (Artº 4º) o interventor definiu: serão mantidos os despachos de prisão preventiva a condenação preferidos pela Justiça Militar, podendo ainda ser interposto recurso para o Superior Tribunal de Justiça, caso na Justiça Militar ainda coubesse para o superior instancia.

O Artigo 5º extingui todos os cargos criados pelo decreto e sem nenhum direito a qualquer beneficio daqueles que o exerciam no caso vitaliciamente, sendo Um dos mais prejudicado pelo decreto foi o Capitão Auditor Eliseu Viana e o de Promotor da Justiça Militar tenente José Batista.

Este mesmo Bacharel em direito Elyseu de oliveira Viana havia sido designado pelo governo do estado ainda no ano de 1929 a assumir o cargo de capitão

¹⁵ O DECRETO Nº 20 DE 12 DE DEZEMBRO DE 1930. Revogou o decreto nº 455, de 3 de Janeiro de 1930 pondo abaixo toda uma politica que vinha sendo gestada do no governo de Juvenal Lamartine BOLETIM REGIMENTAL DE 12 de Dezembro de 1930 FOLHA Nº 103

auditor, sendo que ele também foi designado para apresentar o projeto de organização judiciária da corporação que foi derrubado sendo ele um dos bastante prejudicado pela Revolução no estado. (DANTAS. 2009 p, 211)

Vargas tratou de empossar e garantir a presença do novo governo em cada estado, através do sistema de interventorias visando Quebrar o sistema oligárquico para a historiadora Denise Monteiro Matos, a Revolução de 1930 foi um movimento que quase não houve ruptura sendo apenas uma tentativa do movimento tenentista em derrubar as oligarquias que fracassou Pois o paulatino refluxo do tenentismo correspondeu a uma rearticulação das oligarquias sem cumprir o seu papel e tendo se mostrado inútil Seguindo (MATOS p-150) porém acreditamos E apesar sim de muita pressão do poder tradicional acreditamos que a Interventoria no Rio Grande do Norte conseguiu sim, impor uma política de contenção dos líderes locais, pois se eles não seguissem as diretrizes revolucionárias neste período poderiam ser considerados criminosos políticos,

Em outubro de 1930 a Polícia Militar fora formalmente subordinadas ao interventor e Esta estrutura policial foi um dos motores dessa política que foi transformada em polícia política não só no estado mais no Brasil que foi se formando nos anos seguintes uma estrutura totalmente centralizada, que visava dentre outras coisas mais principalmente, o controle político da polícia sempre desempenhando esta função de repressão visando manter a “ordem” e a “segurança pública” sendo os alvos principais da ação repressiva os comunistas, os integralistas e os "estrangeiros nocivos", considerados difusores de "ideologias exóticas", e qualquer grupo comprometesse a “paz social”.

Esta são característica específica da polícia política da era Vargas em que o principal crime combatido era o crime político ou melhor considerado crime, tendência que vinha se consolidando na Primeira República através de reformas, e que no ano de 1930 ganhou seu caráter revolucionário, possibilitando a consolidação do Estado Novo.

E como dissemos a polícia do Rio Grande do Norte se tornou um comando destacado das forças revolucionárias do Norte fazendo parte da grande delegacia do norte comandada por Juarez Távora

E Diversos oficiais conseguiram tirar proveito pessoal do processo revolucionário no nosso estado, podemos dizer que vários postos de poder de “segunda classe” foram ocupado por policiais militares aplicando um controle mais local e garantido a efetividade do movimento de forma mais capilar, como por exemplo: um oficial que era comandante da primeira companhia da policia militar, o Tenente Severino Raul Gadelha que passou a ter um “cargo em comissão” em d São José de Mipibu passando a ser prefeito da cidade¹⁶ dentre outros posteriormente que foram ser Delegados de cidades do interior, (DANTAS, 2009, p, 419) sem contar que muitos oficiais foram promovidos a posto superior neste período.

E alguns foram nomeados como Delegado Especial, de Policia que tinha como principal objetivo de entrever e coibir comportamentos políticos divergentes, considerados capazes de comprometer "a ordem e a segurança pública". Já as praças receberam benefícios mais modesto como dispensas, os familiares dos que faleceram que foram combater em outros estados também foram assistidos (tropas potiguares foram combate na Bahia), foram revogado a maioria das punições existente, e os que se destacavam por bravuras receberam promoções¹⁷, (pratica comum na estrutura militar).

E por esses motivos acreditamos que a Revolução de 1930 não foi só uma rearticulação das elites agrarias que culminou em um novo equilíbrio do interesses regionais do Brasil este que até então era marcado pela hegemonia da politica oligárquica.

E sim o inicio da consolidação de um projeto de poder, que veio sendo gestado ao longo de toda a década anterior, e que não tinha nenhuma garantia de se consolidar perante o período de incertezas e instabilidades que foi a década de 1930 no Brasil.

¹⁶ BOLETIM REGIMENTAL FOLHA Nº 102 DE 22 DE DEZEMBRO DE 1930

¹⁷ Os boletins regimentais de Dezembro de 1930 demonstram uma preocupação em agradar o grosso da tropa da policia militar dos estado e a mantê-la fiel aos objetivos revolucionários

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Militar na Primeira República herdou bastante característica do Império que era descentralizada que apesar de a jovem República motivada por preceitos científicos positivistas e em especial o Rio Grande do Norte idealizar implementar um projeto modernizante para a polícia esbarrava na realidade oligárquica do estado que impedia qualquer racionalidade estatal moderna baseado nos princípios da impessoalidade, e também na mentalidade tradicional da sociedade que na sua maioria era rural e que tinha valores e regras próprias, que limitavam a própria ação repressiva da polícia dado o seu limitado efetivo e incapacidade profissional.

Somado a isso problemas sociais fez surgir o Banditismo que pode ser considerado uma forma de protestos ou ação política contra os grupos oligárquicos.

E que ao longo do século XX o sistema político da primeira República sofrendo críticas tanto da oposição já desacreditada no sistema eleitoral, membros do aparelho do estado e bem como a sociedade em geral principalmente os grupos urbanos no qual todas as classes aliadas do poder política reclamam e lutam por participação política.

E que na década de 1920 jovens idealistas que inicialmente integravam o aparelhos do estado (o exército) deflagram um movimento no Rio de Janeiro que ficou conhecido como o levante de Copacabana, que iria marcar toda a história da Primeira República. E que posteriormente este grupo ficou conhecido como movimento tenentista.

E o governo federal juntamente com as oligarquias locais vão se unir para combater militarmente este inimigo comum. E que vão usar cada vez mais as suas polícias estaduais de forma política, inclusive no Rio Grande do Norte que na figura de José Augusto e Juvenal Lamartine que utilizaram a polícia para combater e perseguir tanto movimentos populares como greves bem como seus líderes. que tem no advogado popular Café Filho seu representante maior,

E no âmbito nacional o Rio Grande do Norte enviou tropas da Polícia Militar para reforçar os efetivos para combater os revoltosos da coluna Miguel Costa-Prestes no Maranhão.

E no início da década de 1930, após os grupos políticos tradicionais ganharem o processo eleitoral inclusive no Rio Grande do Norte, a oposição nacional recua de ações política mais radicais. E Juvenal após a efervescências das eleições de março, Lamartine governa normalmente, e programa mudanças na segurança pública aumentando investimentos e alterando algumas características da corporação altera o nome da corporação para Regimento Policial Militar cria diversos cargos técnicos e implementar a Justiça Militar no estado.

Com o processo Revolucionário no qual o estado potiguar se filiou como adesista, ficando sob a liderança do vice-rei do Norte Juarez Távora que determina após muitas disputas do grupo revolucionário a nomeação de Irineu Joffly Para interventor do Estado consolidado assim a estrutura que deu base e sustentação revolucionária no estado, apesar das disputas locais, pois esta configuração possibilitou o controle e centralização política inclusive da Polícias Militar do estado que ao longo da década vai cada vez ter seu trabalho politizado no qual o crime maior que deve ser combatido é o “crime” político.

Ao final de nosso trabalho sobre a polícia do Rio Grande do Norte no início período Revolucionário, verificamos que há um campo vasto para historiografia neste período, não só para o tema envolvendo polícia mais para a nova história política, como por exemplos foram surgindo e se modificando os grupos locais no estado após 1930, que a criação de Municípios teve seu ponto máximo, na perspectiva das instituições modernas no estado, inquietou-me qual o contexto que foram surgindo estas instituições como presídios, hospitais, os leprosário e a própria instituição policial.

BIBLIOGRAFIA E REFERENCIAS:

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 02/12/2015

ARRUDA, Marcos; CALDEIRA, César. Como surgiram as Constituições brasileiras. Rio de Janeiro: FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional). Projeto Educação Popular para o Constituinte, 1986.

ELOI, Arlan Silva Leite da. Rádio Patrulha: policiamento ostensivo e tecnologia na cidade de Natal (1965-1970). 2008. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal

BARROS, José D'Assunção. O campo da história: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BENTES, Eliana Eugênio Melo. Companhia de Polícia Feminina do RN. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal

BENELLI Sílvio José A instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. Estudos de Psicologia, Campinas, v.21, n.3, p.237-252, setembro/dezembro 2004

BENELLI Sílvio José. Dispositivos disciplinares produtores de subjetividade na Instituição Total. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 8, n. 2., p. 99-114, 2003.

BRAGA, Romeu. Os interesses econômicos dos Estados Unidos e a segurança interna no Brasil entre 1946 a 1964: uma análise sobre os limites entre diplomacia coercitiva e operações encobertas. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 45, n. 2, jul./dez. 2002.

BRETAS, Marcos. Guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

_____. Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930). Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. A Polícia Carioca no Império. Rio de Janeiro: Revista de Estudos Históricos, v. 12, n.22, 1998.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (org.) Cidade: História e desafios. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

BURKE, Peter. O que é história cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. Apologia da história ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. A cultura do crime e da lei. Brasília: Editora da UNB, 2001.

_____. O Mundo da violência: a polícia na era Vargas (1930-1945). Brasília: Ed. UnB, 1993.

_____. De uma sociedade policiada a um estado policial, o circuito de informações das polícias nos anos 30. Revista de Política Internacional, Brasília v. 36, n.01, p.67-86, 1993.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? (Orgs). O Brasil Republicano. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2001.

_____. Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CRESPO, Daniele dos Reis. Cotidiano da repressão policial no Rio de Janeiro da Belle Époque (1902-1906). Juiz de Fora: Anais do I Colóquio do LAHES/UFJF, 2005.

DANTAS, Ângelo Mario Azevedo. Cronologia da Polícia Militar do Rio Grande do Norte: 175 anos de história 1834 -2009. Natal, RN Edição do Autor, 2010 432.p..

DE DECA, Salvadori Edgar. O Silêncio dos Vencidos São Paulo Brasiliense 1981.

DELGADO, Lucilia (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Crime e cotidiano

DIAS, Edinea Mascarenhas. A Ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920. Manaus: Valer, 2007.

DOS SANTOS Robson. Interações, poder e Instituições Totais: a narrativa de primo Levi e a microsociologia de Erving Goffman. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34, p. 231-240, out. 2000

DURKHEIM. Emile. As regras do método sociológico, tradução Paulo Neves; revisão Eduardo Brandão. 3ª ed. São Paulo : Martins Fontes, 2007. (Coleção tópicos)

FAUSTO Boris. A revolução de 1930 historiografia e história. São Paulo, Brasiliense, 1970.

_____. Crime e cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880 – 1924) Brasiliense, São Paulo. 1984

FERREIRA, Jorge. "O nome e a coisa: o populismo na política brasileira." In: _____. O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro, 2001.

FERREIRA, Marcelo Santana. Polissemia do conceito de instituição: diálogos entre Goffman e Foucault. ECOS. UFF Rio De Janeiro. Volume 2 número 1 – p. 76- 86, 2012.

FONTELES Neto, Francisco Linhares Vigilância, impunidade e transgressão: faces da atividade policial na capital cearense (1916-1930)/ 126 f. Dissertação (Mestrado) em História Social. Universidade Federal do Ceará. Departamento de História, Fortaleza (Ce) p, 126. 2005

FORJAS, Maria Cecília Spina. Tenentismo e forças Armadas na Revolução de 30 . Rio de Janeiro : Forense Universitária. 1988.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2009.

GALVÃO, Mailde Pinto. 1964: aconteceu em abril. 2. ed. Natal: EDUFRN, 2004.

GUIMARÃES, Laerte; MOREIRA, Juceli (Org.). MBPO ampliado e atualizado. Porto Alegre: Polost Editora: APESP, 2001.

GOFFMAN, E. Manicômios, prisões e conventos. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva. 1987

GOMES, Ângela Maria de. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930 – 1935). In____. O Brasil Republicano: sociedade e política [et al] – 6. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand 1996. 70p. p, 5 -75.

HOLLOWAY, Thomas. Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JUNIOR. Almir de Oliveira. Uma Sociologia das Organizações Policiais. Revista Brasileira de Ciências Policiais. Brasília, v. 2, n. 2, p. 65-87, jul./dez 2011;

LACERDA, Gustavo Biscaia de. O momento Comtiano: República e política no pensamento de Augusto Comte. Santa Catarina: UFSC, Tese de Doutorado, 2010.

LOPES, Andréia Roloff. Polícia e política: relações Estados Unidos/América. História: questões & debates. Curitiba, n. 40, 2004.

MAUCH, Cláudia. Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890. Santa Cruz do Sul: EDUNISC/ANPUH-RS, 2004.

MARIZ, Marlene da Silva. A Revolução de 1930 no Rio Grande do Norte (1930-1934), Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Pernambuco. UFPE. Curso de mestrado em História, Recife – 1982

MATOS, Denise Monteiro. Introdução à História do Rio Grande do Norte 3ª edição revista e ampliada, Edufrn. Natal, 2007.

MEDEIROS, Flávio Silva de. A invenção da tradição: herói-mártir soldado Luiz Gonzaga. 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

MELO, Célia Maria Lins de. Reflexos do tenentismo no movimento armado de 1935 (Polícia Militar do RN – resistência e glórias). 2001. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

MICHAEL IGNATIEFF Instituições Totais e classes trabalhadoras um balanço crítico, tradução: Eliana Leite Meireles Rev. Bras. De Hist. v.7nº 14 pp. 185-193 mar./ago.87

MORAIS, Grinaura Medeiros de; DANTAS, Eugenia. Livro de memórias. João Pessoa: Ideias, 2006.

NASCIMENTO, Wellington Dantas do. O movimento reivindicatório da polícia militar do Rio Grande do Norte em 1963. 2004. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal.

O termo ausente: experiência. In: THOMPSON, Edward P. *A Miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-200

PEREIRA, Henrique Alonso. Memória política e populismo no Rio Grande do Norte. In:

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925). Manaus: EDUA/Governo do Estado, 2003.

SAES Décio, Classe Média e Política no Brasil – (1930-1964). In_____. O Brasil Republicano: sociedade e política [et al] – 6. Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand 1996. 90p. P. 447- 506.

SAMPAIO, Patrícia e DANTAS, Paula. Cenas das ruas: Ocorrências Policiais e Cultura Popular em Manaus (1916-1917). Manaus: Relatório Final de Iniciação Científica, UFAM, 2010.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. Nem tudo era Italiano: São Paulo e pobreza (1890-1930). São Paulo: FAPESP, 2008.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. Ameaça à ordem urbana: Analogias urbanísticas e a Manaus da Belle Époque. In: Anais do XVII Encontro Regional de História. Campinas: UNICAMP, 2004.

SILVA, Agnaldo José da. Praça Velho: um estudo sobre o processo de socialização policial militar. 2002.

Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia;

_____. Socialização e violência policial militar SOCIEDADE E CULTURA, V. 5, N. 2, JUL./DEZ. 2002, P. 183-191;

SILVA, Sairo Rogério da Rocha e. Os saberes em potencial da atividade policial ostensiva: sistematizando modelos a partir da experiência potiguar. Natal, 2007. Tese (Doutorado em Educação) – UFRN/CCSA/Programa de Pós-Graduação em Educação.

SILVA, Wellington Barbosa da. Entre a liturgia e o salário: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). 2003. Tese (Pós-Graduação em História) – UFPE/Depto. de História, Recife.

SOARES, Carlos Eugênio. A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850). Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

SOUZA, Leno José B. Vivência popular na imprensa amazonense: Manaus da Borracha (1908-1917). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, 2005.

SOUZA, Ivanildo Leôncio Macedo de. História da associação de subtenentes e sargentos da polícia militar do Rio Grande do Norte (1936-2003). 2005. Monografia (Graduação em História) – UFRN/Depto. de História, Natal. S/A, 1969.

SPINELLI, José Antônio. Da oligarquia Maranhão à política do Seridó; O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: CCHLA, 1992

VIZENTINI, Paulo Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo à política externa independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WANDERLEY, Rômulo. História do Batalhão de Segurança: a Polícia Militar do Rio Grande do Norte, de 1834 a 1968. Natal: Edições Walter Pereira. 1970.